



Relatório Anual 2010

Comissão de Valores Mobiliários
www.cvm.gov.br



Idealização e Redação

Assessoria de Comunicação Social

asc@cvm.gov.br

Assessoria de Análise e Pesquisa

asa@cvm.gov.br

Design

Tiago Gonçalves Gil Figueroa

Impressão

Globalprint Editora Gráfica Ltda ME

SEDE – Rio de Janeiro

Rua Sete de Setembro, 111

2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º Andares – Centro

CEP – 20050-901

Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Telefone: 55 21 3554-8686

CNPJ: 29.507.878/0001-08

Superintendência Regional de São Paulo

Rua Cincinato Braga, 340 – 2º, 3º e 4º Andares

Edifício Delta Plaza

CEP – 01333-010

São Paulo – SP – Brasil

Telefone: 55 11 2146-2000

Fax: 55 11 2146-2097

CNPJ: 29.507.878/0002-80

Superintendência Regional de Brasília

SCN Quadra 02 – Bloco A

Ed. Corporate Financial Center

4º Andar – Módulo 404

CEP – 70712-900

Brasília – DF – Brasil

Telefones: 55 61 3327-2031 | 3327-2030

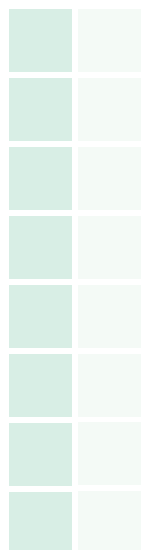
Fax: 55 61 3327-2040 | 3327-2034

CNPJ: 29.507.878/0003-61

Informação a investidores

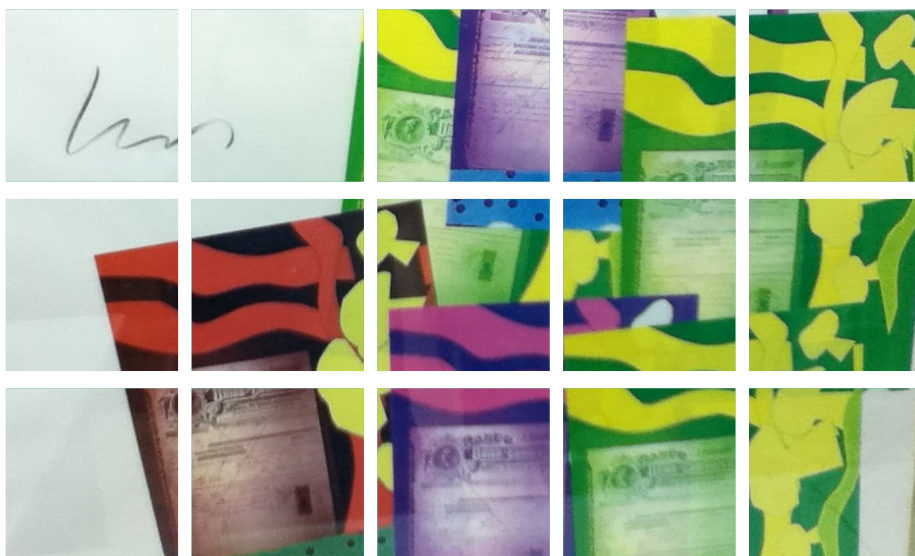
0800-7225354





1	Apresentação	4
2	Cenário – mercado de capitais	8
3	Evolução dos mercados e produtos	13
	14 Mercado primário	
	22 Mercado secundário	
4	Participantes do mercado	25
	26 Emissores	
	30 Prestadores de serviços	
	31 Outros	
5	Supervisão e fiscalização externa	32
	33 Supervisão	
	35 Fiscalização externa	
6	Atuação sancionadora	38
7	Regulação	41
8	Presença internacional e cooperação com outros organismos	46
	47 Presença internacional	
	51 Cooperação com outros organismos	
9	Atendimento e orientação ao público	53
10	Educação financeira	56
	57 Atividades educacionais	
	58 Estratégia Nacional de Educação Financeira	
11	Dados financeiros	59
	63 Balanço orçamentário	
	64 Balanço financeiro	
	66 Balanço patrimonial	
	68 Demonstração das disponibilidades	
	69 Demonstração das variações patrimoniais	
12	Homenagem a Wesley Duke Lee	71

1



Apresentação



Apresentação

Em 2010, o mercado brasileiro de capitais apresentou forte volatilidade, inicialmente como reflexo de incertezas vindas do cenário internacional, mas, ao final, também por influência da evolução do cenário econômico doméstico. Apesar disso, é possível dizer que o mercado primário, como regra geral, consolidou a recuperação iniciada no segundo semestre de 2009, tendo o valor das distribuições públicas superado, seja nas emissões de ações, de dívida ou de cotas de fundos, os patamares pré-crise. O ano permitiu ainda aferir os primeiros resultados positivos da edição da Instrução CVM nº 476: apenas as ofertas realizadas sob o regime de esforços restritos alcançaram R\$ 70 bilhões.

Para as companhias abertas, o ano foi particularmente marcante, em função do intenso processo de aprendizado que foi exigido de todos. Além de ter sido o primeiro ano referência em que as suas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com normas contábeis completamente convergentes com as normas internacionais, as Instruções CVM nº 480 e nº 481 também introduziram importantes exigências de melhorias no regime informacional dos emissores. A CVM, por sua vez, deu especial atenção à supervisão do cumprimento desses novos normativos, combinada com atividades de caráter orientador.

Nas atividades de supervisão preventiva, foi concluído o primeiro Plano Bienal de supervisão baseada em risco, no qual parte relevante das atividades rotineiras de supervisão da CVM estava prevista e dimensionada. O Plano abrangeu os chamados eventos de risco relacionados às companhias abertas, aos fundos de investimento, aos intermediários e às entidades administradoras dos mercados de bolsa e de balcão organizado, bem como aos mercados por elas administrados.

As experiências e os resultados obtidos na execução do Plano Bienal 2009/2010 foram refletidos no Plano para 2011/2012, cuja implementação se inicia. Foram introduzidos aperfeiçoamentos e correções, além de novas prioridades e novos jurisdicionados a serem supervisionados conforme essa metodologia. Especificamente, auditores independentes e intermediários não vinculados a entidades administradoras de mercados de bolsa ou de balcão organizado.

As atividades conduzidas de acordo com a política de supervisão baseada em risco permitiram identificar comportamentos e situações que traziam riscos ao mercado, bem como irregularidades já caracterizadas. Diante disso, a CVM adotou medidas que envolveram desde alertas e oportunidades para a correção de problemas, até a abertura de procedimentos sancionadores, passando outras vezes por propostas de alteração em normas, para contemplar situações que não eram enfrentadas adequadamente.

As atividades de supervisão e de fiscalização da autarquia foram reforçadas, ainda, por três importantes acordos de cooperação assinados em 2010, sempre buscando a mais ampla coordenação de esforços com outros organismos cuja atuação pode alcançar, de algum modo, o mercado de capitais.

Em março, foi assinado acordo de cooperação com a Polícia Federal, prevendo atuação coordenada e cooperação técnica para a prevenção e o combate a ilícitos no mercado de capitais. Em outubro, foi firmado novo convênio de cooperação operacional e de intercâmbio de informações com o Banco Central do Brasil, aprimorando significativamente os mecanismos previstos no convênio já existente. Finalmente, em dezembro, foi firmado com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor um acordo de cooperação técnica para o aprimoramento de atividades regulatórias, de fiscalização e de educação de investidores.

A educação de investidores e a educação financeira têm sido objeto de atenção da CVM, à medida que cresce a renda da população e o número de novos investidores no mercado. Merece destaque a instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) pelo Decreto nº 7.397, como resultado de esforços conjuntos do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – COREMEC e de diversos órgãos e entidades públicas e privadas. Trata-se de política pública voltada para levar à população conhecimentos sobre planejamento, orçamento e consumo de produtos financeiros, que se pretende que seja implementada por uma combinação de entidades do setor privado, em cooperação e sob a liderança estratégica do Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF.

Dentre as iniciativas previstas na ENEF, destaca-se o Programa de Educação Financeira nas Escolas, conduzido, com a participação de instituições dos setores educacional e financeiro, privado e público, sob a coordenação da CVM. Mesmo antes da instituição da ENEF, teve início em 2010 o Projeto Piloto de Educação Financeira nas escolas de ensino médio, cuja primeira etapa foi concluída e envolveu cerca de 900 escolas e 27 mil estudantes de escolas do Ceará, Tocantins, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal.

No campo regulatório, houve a emissão de importantes normas neste ano, notadamente a ICVM nº 483, que buscou principalmente aperfeiçoar as regras de conduta a que os analistas e as firmas que os empregam estão sujeitos; a ICVM nº 487, que alterou a ICVM nº 361, visando adaptar as regras de ofertas públicas de aquisição a um cenário em que as ofertas para aquisição do controle de companhias abertas tendem a se tornar mais comuns, dado o crescente número de companhias abertas sem acionista controlador majoritário; e a ICVM nº 488, que regulamentou as ofertas públicas de distribuição de letras financeiras, criadas pela Medida Provisória nº 472/2009 (convertida na Lei nº 12.249/10).

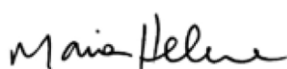
Em relação às normas contábeis, com a conclusão em 2010 do processo de adoção plena das normas emitidas pelo IASB, teve início uma nova fase, voltada agora a influenciar as discussões sobre novas normas contábeis ou alterações de padrões existentes que acontecem permanentemente no IASB. Nesse sentido, a CVM intensificou a sua atuação em fóruns nacionais e internacionais onde as novas normas contábeis são discutidas e é hoje membro do IFRS Advisory Council (Conselho Consultivo sobre Normas) do IASB e do World Standard Setters.

A autarquia também intensificou sua atuação em outros fóruns internacionais, em função do crescimento da importância do Brasil em todas as instâncias de discussão no contexto internacional e do incremento das atividades dos reguladores de mercado de capitais em razão dos efeitos da crise financeira internacional.

A partir da crise de 2008, ficou evidente que o mercado de capitais não só é afetado pelo risco sistêmico, que abala a integridade do sistema financeiro, como pode, também, ser fonte dessa instabilidade sistêmica e canal de transmissão. Assim, os órgãos reguladores de mercados de capitais foram chamados a reavaliar seus mandatos e sua atuação de forma inédita para lidar com os problemas que foram identificados. A International Organization of Securities Commissions – IOSCO, em sua 35ª Conferência Anual, em 2010, aprovou oito novos princípios da regulação de valores mobiliários, entre os quais cabe mencionar especialmente dois, que prescrevem que os reguladores de mercados de capitais devem adotar um processo, apropriado ao seu mandato, de monitoramento, gerenciamento e mitigação do risco sistêmico, além de implantar um processo regular de revisão do perímetro regulatório.

Para isso, a CVM instituiu o Comitê de Identificação de Riscos, composto por seus superintendentes e por todos os membros do colegiado, que se reúne periodicamente e poderá ainda contar com a participação de convidados do mercado, assim como criou a Assessoria de Análise e Pesquisa.

Ao concluir, cabe aqui mencionar que no final de 2010 encerrou-se o mandato do Diretor Marcos Barbosa Pinto, a quem agradecemos muito por sua enorme dedicação e pela excepcional contribuição que trouxe para o trabalho da diretoria da CVM nos 3 anos e meio em que a integrou.



Maria Helena Santana
Presidente

2

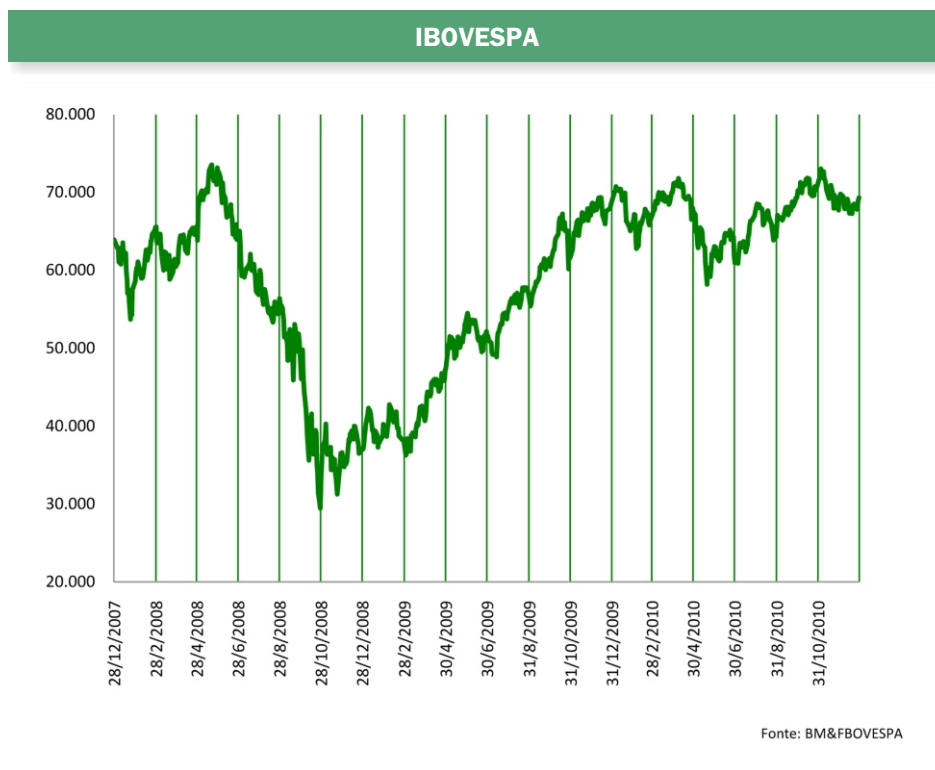


Cenário – mercado de capitais



O Ibovespa, representando o desempenho do mercado acionário brasileiro, encerrou o ano de 2010 praticamente no mesmo patamar de 2009, com valorização em torno de 1%. Esse desempenho refletiu uma conjunção de fatos com efeitos contraditórios sobre o mercado.

No final de 2009, o Ibovespa já ostentava 68.588 pontos, nível que superou inclusive o fechamento de 2007, recuperando-se completamente das perdas causadas pela crise financeira de 2008. Isso foi uma antecipação, em parte, das perspectivas positivas quanto à evolução da economia brasileira em 2010.



Em termos de volume de negociação, 2010 também consolidou a reversão ocorrida no ano anterior, quando o volume médio diário das ações negociadas já tinha se recuperado completamente do encolhimento verificado em 2008. Em comparação a 2009, o volume diário cresceu em torno de 22%, atingindo a marca recorde de R\$ 5,7 bilhões diários.

Da mesma forma, o mercado de derivativos mostrou-se altamente ativo. O número de contratos negociados de DI, Dólar e Ibovespa no mercado futuro cresceu 67%, fortemente influenciado pela diferença de expectativas quanto à magnitude dos ajustes na taxa de juros promovidos pelas autoridades econômicas diante da evolução do cenário conjuntural ao longo do ano.

No cenário doméstico, o crescimento do nível de atividade da economia, medido pelo PIB, atingiu 7,5%, variação substancialmente acima das previsões realizadas no início do ano, que de acordo com o Boletim Focus (08/01/2010), apontavam para a mediana de 5,2%.

O crescimento do PIB representou a maior taxa dos últimos 24 anos da história brasileira e uma das maiores no mundo. A demanda permaneceu aquecida durante todo o período, tendo a utilização da capacidade instalada atingido aproximadamente 85% em alguns meses e o nível de desemprego caído para 5,3% (fonte: IBGE).

Porém, se para 2010, o cenário indicava que o nível de atividades da economia seria superior ao estimado no início do ano, o mercado passou a assumir, ao longo do ano, que o ritmo de crescimento teria que ser menor em 2011 para que os fundamentos econômicos favoráveis fossem sustentáveis a médio e a longo prazo.

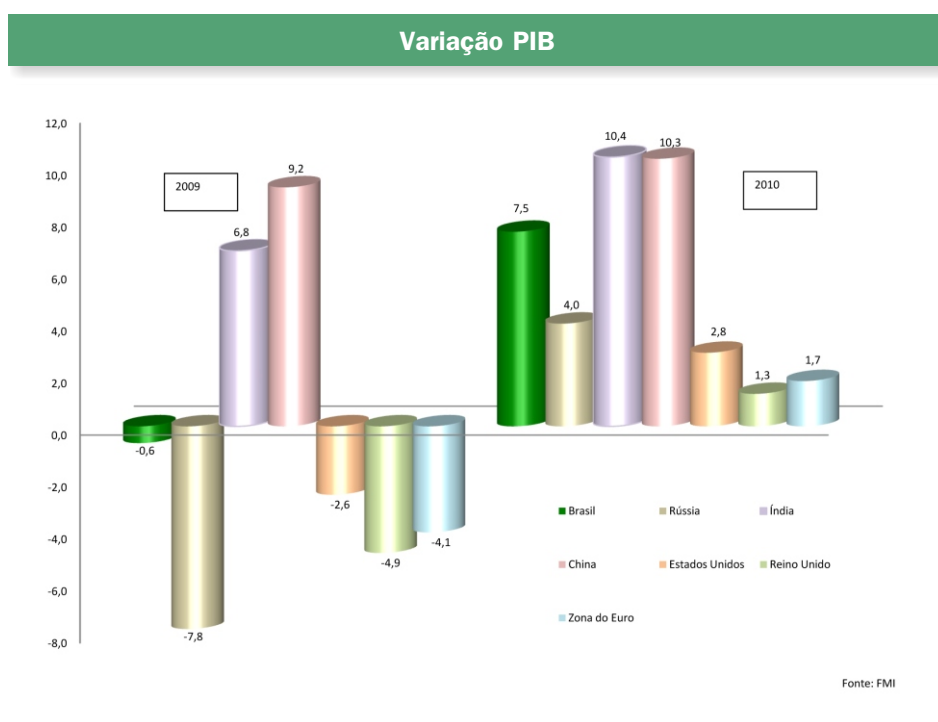
Em paralelo, já no acumulado do primeiro quadrimestre, a inflação, medida pelo IPCA, superou 2,5%, indicando necessidade de ajustes. No final de abril, o Comitê de Política Monetária (Copom) iniciou um novo ciclo de alta na taxa de juros básica da economia para reduzir as pressões inflacionárias. A taxa Selic subiu 2% até o final do ano, de 8,75% para 10,75%, e o IPCA fechou o ano em 5,91%, acima da meta de 4,5%, porém dentro do intervalo de tolerância de mais/menos 2%.

Adicionalmente, os agentes do mercado já vislumbravam a necessidade do emprego, pelas autoridades econômicas, de outros instrumentos para conter a demanda de forma mais profunda, tais como medidas de contenção de crédito e redução de despesas fiscais, o que de fato veio a ocorrer no final de 2010 e início de 2011.

No cenário internacional, em 2010, foi destaque a elevada liquidez nos mercados, em função da política monetária expansionista adotada por alguns países desenvolvidos: baixa taxa de juros e oferta de moeda, por meio de compra de títulos públicos. Parte da liquidez foi direcionada para países emergentes, como o Brasil, onde o fluxo de investimentos estrangeiros em carteira foi positivo no ano, em torno de US\$ 35 bilhões.

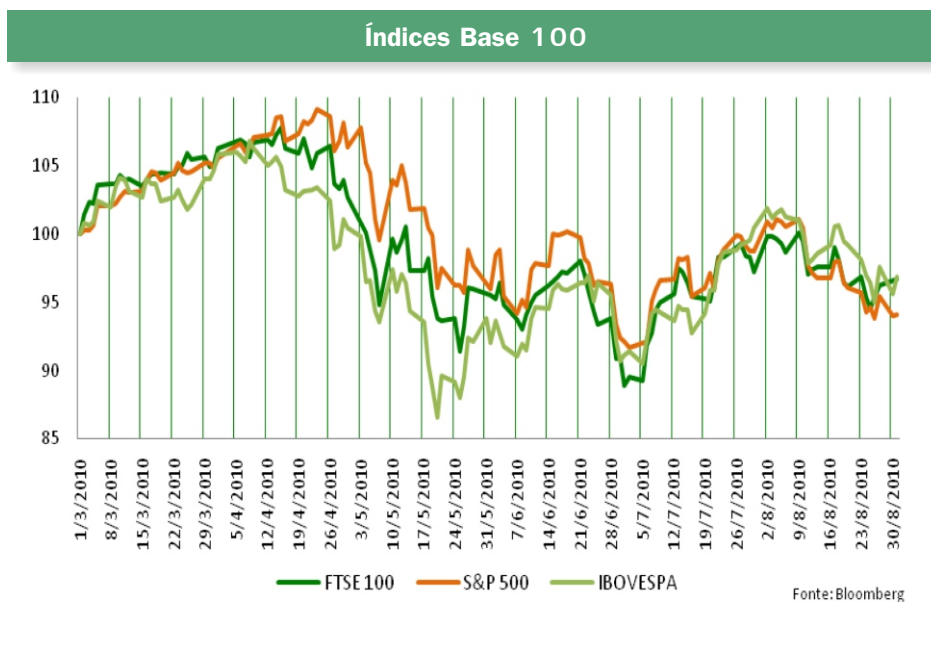
Em outubro, para evitar a valorização excessiva da moeda nacional, o governo adotou, entre outras, medidas de ordem tributária em relação a algumas operações realizadas no mercado financeiro doméstico por investidores estrangeiros. Foi estabelecida a incidência de IOF, por exemplo, nas operações com derivativos cambiais e na compra de títulos públicos.

No cenário global, o início do ano indicava certa dose de otimismo em relação à capacidade de recuperação das economias americana e europeia. Essas economias haviam sido mais severamente atingidas pela crise financeira de 2007/2008 do que a economia de alguns países emergentes. No entanto, as incertezas foram aumentando, à medida da divulgação de indicadores econômicos que não confirmavam de forma consistente essa percepção.



No final de fevereiro, as atenções começaram a voltar-se para as dificuldades do governo grego em refinar as suas dívidas de curto prazo. O receio do efeito “reação em cadeia” aumentou a aversão ao risco em todos os mercados a partir de abril: surgiram dúvidas sobre a solvência de outros países europeus, uma vez que também apresentavam forte desequilíbrio fiscal.

No período mais crítico da tensão em torno das dívidas soberanas, os índices das bolsas dos principais mercados recuaram fortemente. No Brasil, entre 08/04 e 20/05, o Ibovespa apresentou queda de aproximadamente 19%. Ressalta-se que, na tarde do dia 06 de maio, os principais índices do mercado americano despencaram entre 5% e 6% e a liquidez de muitos ativos desapareceu completamente em questão de poucos minutos, para recuperarem, logo em seguida, no episódio que ficou conhecido como “flash crash”, causando enorme perplexidade nos mercados financeiros mundiais.



Apesar do “flash crash” – cuja dinâmica foi oficialmente determinada meses depois como sendo uma sucessão de efeitos negativos na liquidez do mercado provocados por ordens automáticas oriundas de softwares baseados em algoritmos – não estar relacionado à evolução da crise das dívidas soberanas, ele exponencializou as incertezas dos agentes do mercado naquele período. É importante considerar que as suas causas somente foram conhecidas depois e que os principais índices, naquele dia, antes do início do flash crash, já haviam cedido mais de 4% em relação ao dia anterior.

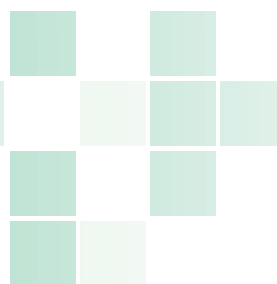
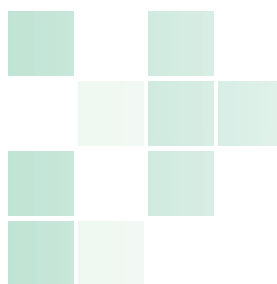
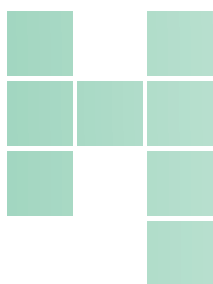
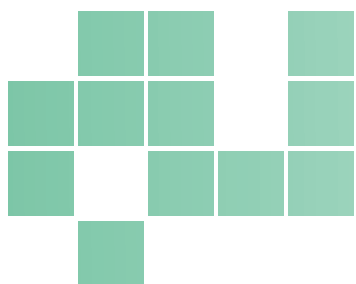
Em julho, decisões e acordos envolvendo a União Européia e o FMI, no sentido de prover socorro financeiro à Grécia (mediante a adoção de medidas de austeridade fiscal) e de blindar a região, conseguiram acalmar os mercados. No entanto, incertezas em relação à capacidade de alguns países promoverem os ajustes fiscais necessários persistiram durante o restante do ano.

Por fim, o cenário político teve como destaque a eleição presidencial, bem como a formação da equipe da presidente eleita. A reação do mercado, a exemplo do que já havia ocorrido em 2006, foi de completa tranquilidade. Quaisquer eventuais incertezas que poderiam ser originadas pela alteração da administração federal foram absorvidas com naturalidade, demonstrando a confiança, por parte dos participantes do mercado, em uma transição ordenada e na continuidade em termos de política econômica.

3



Evolução dos mercados e produtos



Mercado primário

Tomando por base os pedidos de registro de distribuições públicas, de dispensa de registro e as distribuições realizadas por meio de esforços restritos, o montante total das distribuições públicas em 2010 alcançou o valor de R\$ 256 bilhões, mais que o dobro do valor de 2009, que foi de R\$ 118 bilhões. Nesses valores estão computadas as distribuições de ações, de debêntures, de notas promissórias (NPs), de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) e de quotas de fundos de investimento estruturados (fundos imobiliários – FIIs, fundos em direitos creditórios – FIDCs e fundos de participações – FIPs).

Em comparação ao ano anterior, a evolução foi positiva em quase todos os segmentos, com destaque para a distribuição pública de ações, que foi fortemente influenciada pela distribuição da Petrobras, ocorrida no final de setembro.

Como regra geral, o mercado das distribuições públicas em 2010 consolidou a recuperação iniciada no segundo semestre de 2009, tendo superado inclusive, na maioria dos segmentos, os patamares pré-crise.

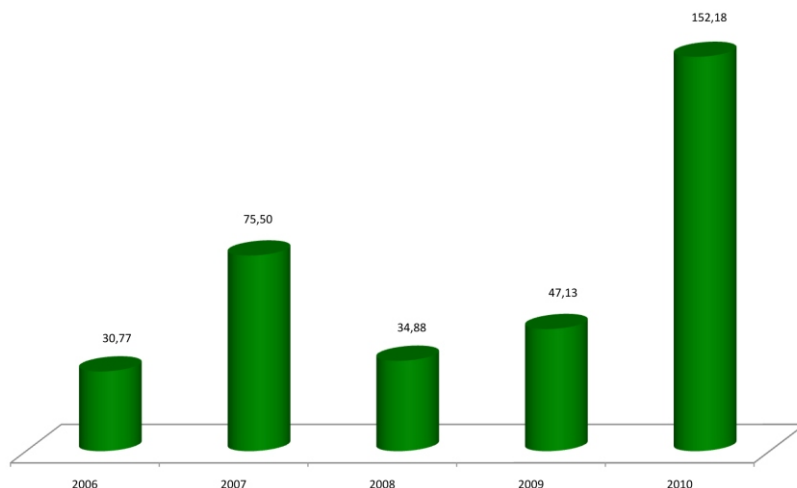
Também, em 2010, firmou-se a modalidade de distribuição pública por meio de esforços restritos, disciplinada pela Instrução CVM nº 476/09. As distribuições dos títulos e valores mobiliários elegíveis para essa modalidade (debêntures, NPs, CRIs, FIIs, FIDCs e FIPs) saltaram de R\$ 29 bilhões (2009) para R\$ 70 bilhões (2010), tendo respondido por aproximadamente 60% do total das distribuições públicas desses valores mobiliários.

No campo regulatório, uma inovação importante foi a introdução da figura de emissor de grande exposição ao mercado, conhecido como EGEM. Em agosto, entrou em vigor a alteração prevista na Instrução CVM nº 482/10 que tornou possível esses emissores terem seus pedidos de registro de distribuições públicas aprovados em apenas 5 dias.

Distribuição pública de ações

As distribuições públicas de ações apresentaram maior crescimento entre todos os segmentos considerados, somando R\$ 152 bilhões (excluído o lote suplementar), mais que o triplo do valor do ano anterior. No entanto, o resultado de 2010 pode ser considerado atípico, uma vez que a distribuição da Petrobras respondeu sozinha por R\$ 120 bilhões.

Distribuições públicas de ações – R\$ bilhões

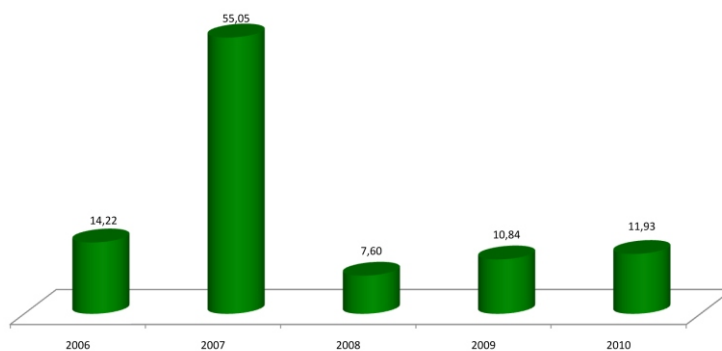


Fonte: CVM

Essa distribuição causou efeitos opostos: se por um lado inflou o valor total das distribuições, por outro, até o seu encerramento, afetou negativamente a capacidade de outros emissores em captar recursos no mercado. Desde o anúncio da sua aprovação, o mercado primário permaneceu praticamente paralisado, à medida que muitos investidores preferiam aguardar os resultados para decidirem sobre a alocação de suas carteiras.

Das 25 distribuições realizadas no ano, 11 foram ofertas públicas iniciais (IPOs), que somaram R\$ 12 bilhões, aproximadamente 10% superior ao montante de 2009. No início de 2010, o mercado de IPOs manteve o ritmo do segundo semestre de 2009, quando as empresas brasileiras iniciaram o seu retorno a esse mercado. No entanto, por conta da magnitude da distribuição da Petrobras, os planos das empresas foram postergados e o mercado permaneceu em compasso de espera, sendo retomado somente após o mês de outubro. Ainda assim, o Brasil ficou em 8º lugar na classificação mundial em termos de valor de IPOs.

IPOs – R\$ bilhões

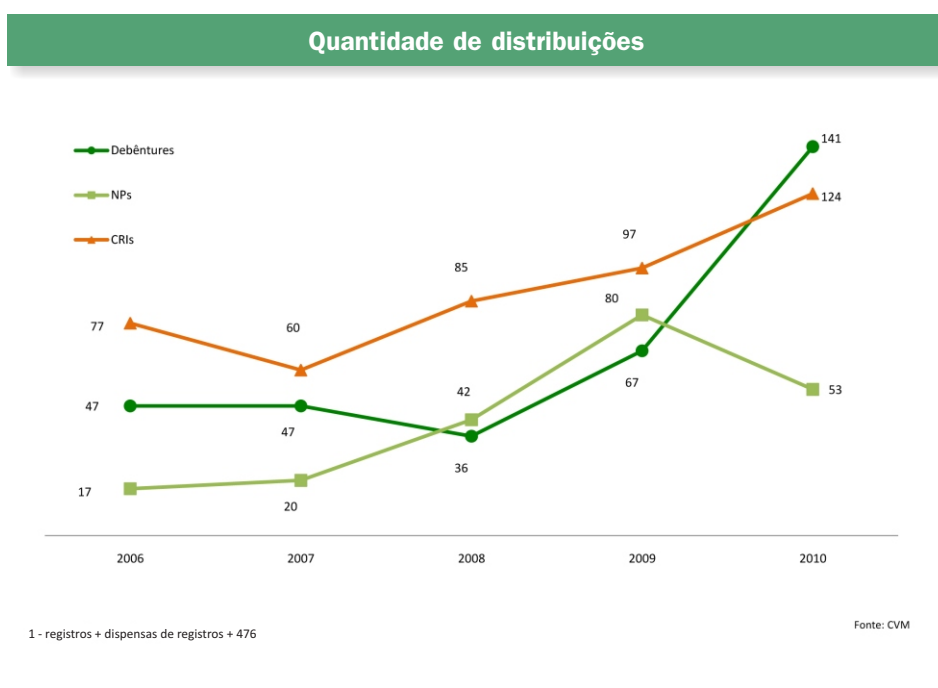


1 - conceito restrito
2 - excluído lote suplementar

Fonte: CVM

Debêntures, notas promissórias e CRIs

No que tange a esse grupo de valores mobiliários de dívida, o destaque foi a distribuição pública de debêntures: o número de distribuições (registros + dispensa de registros + 476) mais que dobrou em relação a 2009. Na direção inversa, a quantidade de distribuições de notas promissórias reduziu-se significativamente, de 80 para 53.



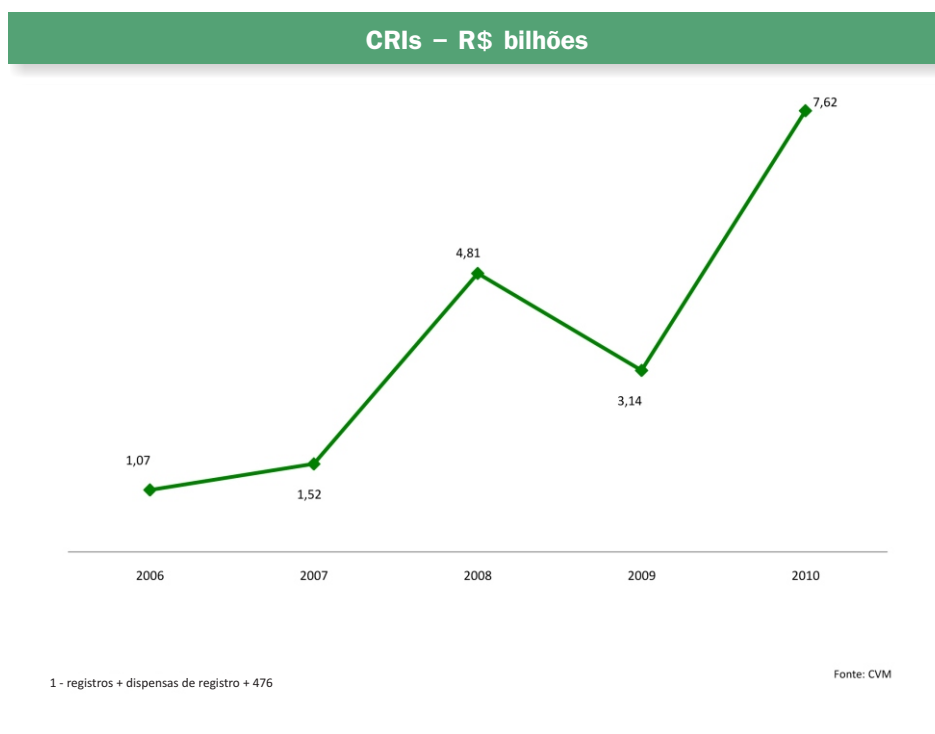
Esse quadro reflete a melhora do ambiente do mercado de dívida para as captações de longo prazo que, no período entre segundo semestre de 2008 e primeiro de 2009, tinha sido duramente afetado pela crise, quando os doadores de crédito estavam mais propensos a realizar operações de curto prazo. Assim, parte dessa inversão em 2010 (crescimento de debêntures e redução de notas promissórias) pode ser explicada pelo processo de substituição de notas promissórias por debêntures.

Distribuições públicas – R\$ bilhões		
Ano	Debêntures	NPs
2009	27,23	22,14
2010	51,96	19,24

1 - registros + dispensas de registro + 476

Fonte: CVM

Em relação aos CRIs, o número de distribuições cresceu 28% e o valor saltou de R\$ 3 bilhões para R\$ 7,5 bilhões, voltando à trajetória positiva, que havia sido interrompida pelas incertezas decorrentes da crise financeira, particularmente em relação a risco de crédito no setor imobiliário residencial. No exterior, a elevada inadimplência foi um dos principais fatores da eclosão da crise.

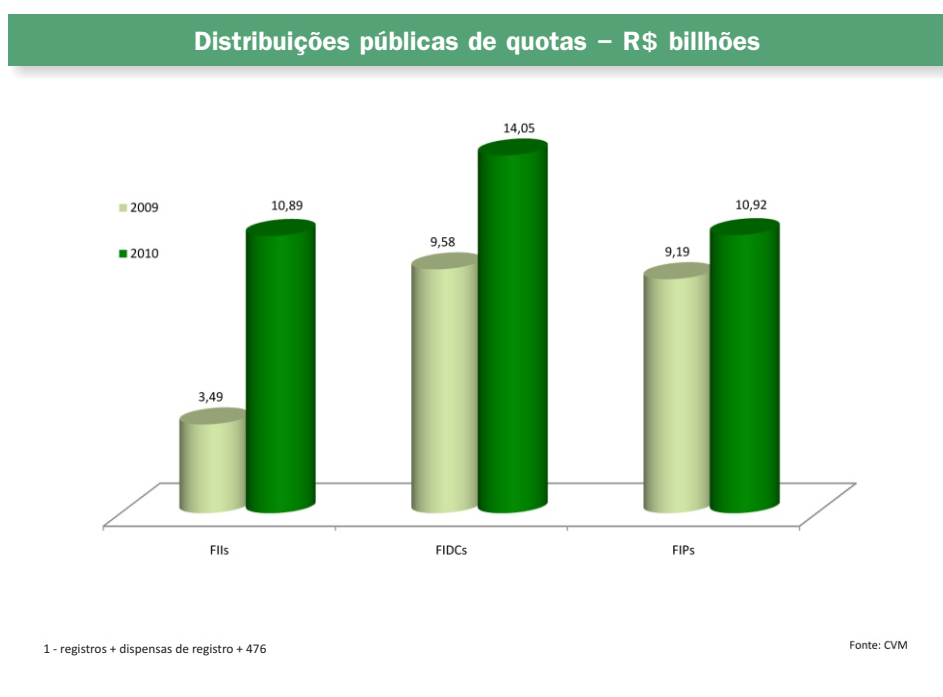


O CRI é um dos instrumentos que mais tem crescido no Brasil em termos relativos. Esse crescimento se deve ao fato do instrumento ter ainda uma base reduzida de comparação e à elevada necessidade de financiamento do setor imobiliário – setor esse que apresentou significativas taxas de crescimento nos últimos anos, suprimindo, em parte, a deficiência histórica de moradias no Brasil.

Fundos de investimentos

Em relação aos fundos estruturados, todas as 3 categorias consideradas apresentaram evolução positiva, com destaque para os FIDCs e os FIs.

Os fundos de investimentos em direitos creditórios voltaram a captar por meio de distribuições públicas de quotas, à medida que se tornava mais claro que o risco de crédito devido a fatores macroeconômicos estava atenuado pela evolução positiva da economia brasileira. Após a retração ocorrida em 2009, as distribuições ultrapassaram inclusive os patamares pré-crise de 2008, quando alcançaram R\$ 13 bilhões.



No caso dos fundos de investimentos imobiliários, vários fatores podem estar contribuindo para o expressivo crescimento, entre eles alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 472, que permitiram a inclusão de valores mobiliários na carteira desses fundos, por exemplo, CRIs e quotas de FIPs e FIDCs voltados ao setor imobiliário; regime tributário mais favorecido em relação aos rendimentos da carteira oriundos de CRIs, letras hipotecárias e letras de crédito imobiliário (Lei 12.024/2009); e aquecimento do mercado imobiliário, tanto em relação a empreendimentos comerciais quanto residenciais.

No que tange os fundos regidos pela Instrução CVM nº 409, não há o que considerar sobre as distribuições públicas desses fundos, uma vez que parte substancial dessa indústria é constituída por fundos abertos. A captação líquida captura melhor a evolução das aplicações e resgates nesses fundos, altamente sensíveis aos movimentos de curto prazo da política econômica.

Fundos 409 – captações líquidas em R\$ milhões

Categoria	2009	2010
Referenciado	12.406	-566
Renda fixa	42.146	60.202
Ações	4.363	9.196
Cambial	152	224
Dívida externa	-28	-35
Multimercado	54.106	42.848
Curto Prazo	7.942	2.520
Total	121.087	114.388

1 - excluídos FICFIs

Fonte: CVM

Em 2010, a captação líquida foi positiva em praticamente todas as categorias de fundos 409 (excluídos os FICs, para evitar dupla contagem), a exemplo do ano anterior, quando a aversão ao risco e a necessidade de liquidez por parte dos investidores foram atenuadas ao longo do ano.

Os fundos de renda fixa e os multimercados receberam a maior parte dos recursos, até pela representatividade dessas duas categorias no conjunto dos fundos. Juntas, em dezembro de 2010, respondiam por aproximadamente 65% do patrimônio líquido e 70% do número do total de todos os fundos de investimento. Além disso, podem ter contribuído para o expressivo volume de captação líquida dos fundos de renda fixa o aumento da taxa de juros e, dos fundos multimercados, a tendência histórica de crescimento desses fundos, que proporcionam maior flexibilidade ao gestor quanto à composição da carteira.

Distribuições públicas por meio de esforços restritos

As distribuições públicas por meio de esforços restritos foram disciplinadas pela Instrução CVM nº 476/2009. Segundo essa instrução, ofertas de determinados valores mobiliários podem ser dispensadas de registro, caso sejam dirigidas a até 50 investidores qualificados e adquiridas por, no máximo, 20 investidores qualificados. Adicionalmente, a Instrução também prevê a possibilidade de dispensar o registro do próprio emissor junto à CVM, além de possibilitar a negociação desses valores mobiliários nos mercados de balcão organizado e não-organizado.

Esforços restritos em R\$ milhões		
	2009	2010
Debêntures	15.004	35.729
NPs	12.232	19.238
CRIs	857	5.340
FIDCs	142	1.749
FIPs	903	7.261
FIIIs	42	1.090
1 - data base encerramento da distribuição		
Fonte: CVM		

A norma objetivou dar mais agilidade às ofertas e permitir um número maior de emissores a acessar o mercado de capitais, inclusive emissores não registrados. Os resultados obtidos no segundo ano apontam que os objetivos iniciais foram plenamente alcançados.

É crescente o número de emissores que utilizam essa modalidade de oferta. O valor das distribuições cresceu 140%, passando de R\$ 29 bilhões para R\$ 70 bilhões e as distribuições realizadas nessa modalidade responderam por aproximadamente 60% do total da distribuição desses valores mobiliários.

Em adição, ressalta-se que, das 236 distribuições de debêntures, NPs e CRIs feitas no abrigo da Instrução CVM nº 476 e encerradas em 2010, cerca de 44% foram realizadas por emissores não registrados na CVM (o registro de fundos é obrigatório).

Mercado secundário

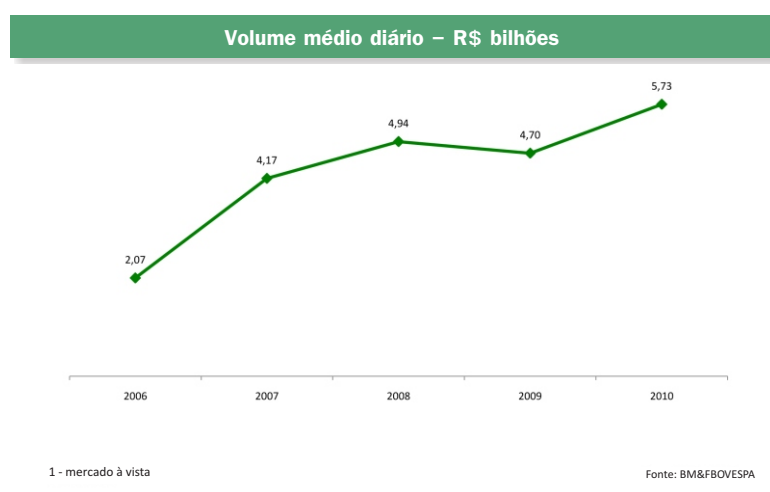
O mercado secundário mostrou evolução positiva no que diz respeito às negociações realizadas no mercado acionário e às operações com derivativos, com números crescentes quanto a volume de negociação e quantidade de negócios e de contratos negociados.

Além disso, merece destaque uma inovação na microestrutura de mercado: as negociações de alta frequência. Introduzidas recentemente no mercado brasileiro, representavam, no último trimestre de 2010, cerca de 4,8% das negociações no mercado de futuros e 4% do mercado à vista de ações. Essa negociação se caracteriza pela grande velocidade e quantidade de ordens, baseadas em programas de algoritmos e realizadas por meios mais rápidos de acesso ao livro de ordens, tais como o *co-location*.

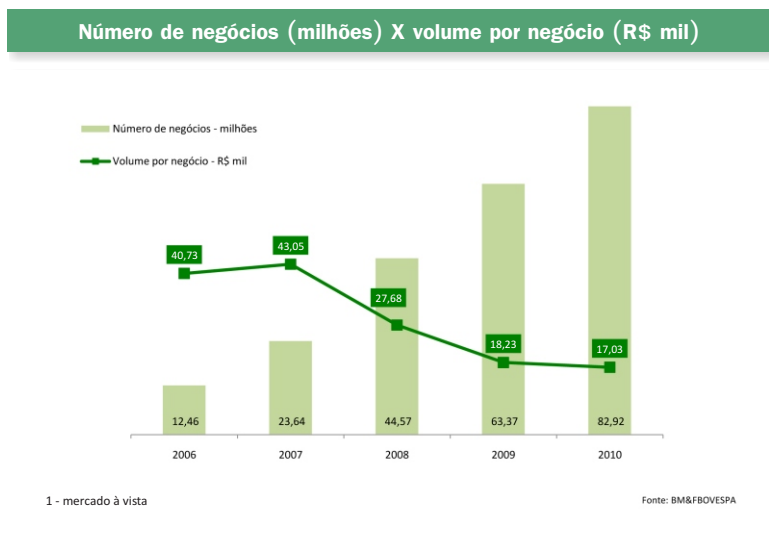
Embora não sejam ainda representativas no Brasil, podem potencialmente avançar rapidamente, a exemplo do que ocorreu em outros países, trazendo assim os benefícios e as preocupações presentes naqueles mercados.

Mercado acionário

Em 2010, todos os indicadores do mercado acionário apresentaram evolução positiva, quando comparados com o ano anterior. Em relação à média diária de negociação, esta ficou em R\$ 5,7 bilhões, acréscimo de aproximadamente 22% em relação à de 2009 e 16% à de 2008, dando assim continuidade à trajetória ascendente dos últimos anos.



No mesmo período, 83 milhões de negócios foram realizados, representando crescimento de 32% sobre a quantidade do ano anterior, resultado em parte do uso mais intensivo de negociações de alta frequência e da presença mais acentuada de investidores pessoas físicas. O número de contas de pessoas físicas em custódia saltou de 550 mil para 610 mil. Dessa forma, o valor financeiro por negócio continuou reduzindo, de R\$ 18 mil para R\$ 17 mil.



Derivativos

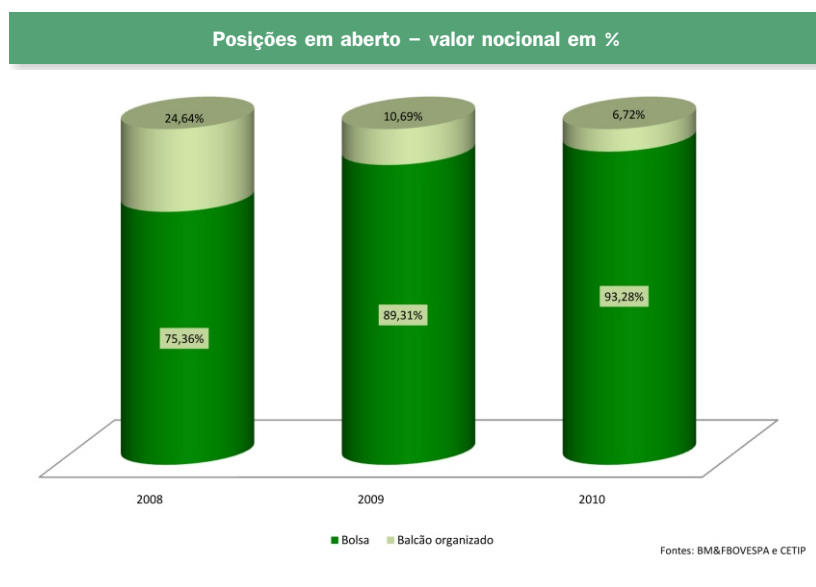
No mercado de derivativos, onde são negociados contratos padronizados (mercado de bolsa) e não padronizados (mercado de balcão organizado), pode-se notar o mesmo comportamento ocorrido em 2009, com os agentes privilegiando as operações com derivativos padronizados.

Com base no valor nocional dos contratos em aberto, apesar da recuperação de 24% nas operações em mercado de balcão organizado em 2010, a participação relativa dos contratos padronizados (mercado de bolsa) continuou aumentando substancialmente: participação de 75% em 2008, 89% em 2009 e 93% em 2010.

Essa situação é bastante peculiar do Brasil uma vez que, no mercado global de derivativos, o panorama é exatamente o inverso, com as operações em bolsa respondendo por apenas aproximadamente 10% do total das transações com derivativos. Ressalta-se que, no Brasil, as operações realizadas em mercado de bolsa implicam depósito de margens, além de estarem sujeitas à liquidação multilateral.

Posições em aberto ao final do período – valor nocional em US\$ bilhões			
	2008	2009	2010
Bolsa	869,46	2.374,42	4.882,15
Balcão organizado	284,32	284,31	351,98
Total	1.153,78	2.658,73	5.234,12

Fontes: BM&FBOVESPA e CETIP

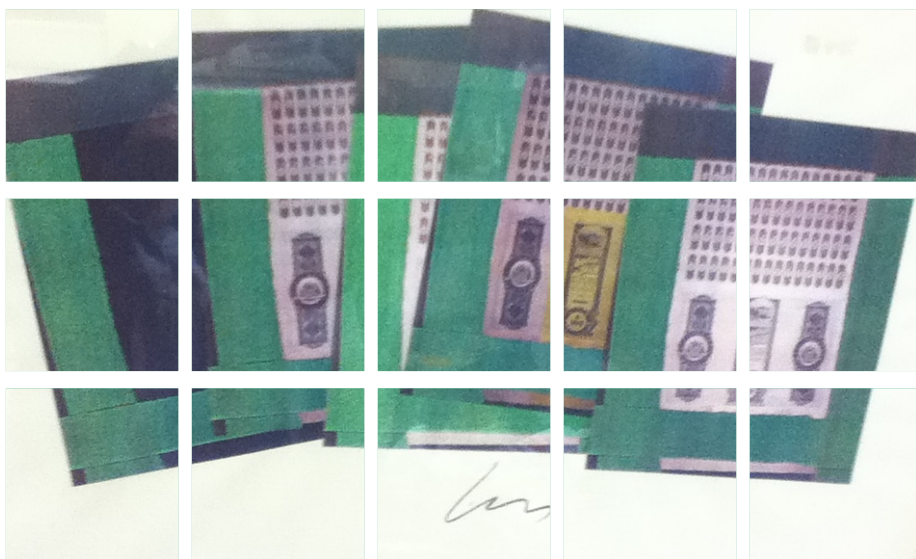


Em relação às transações em mercado de bolsa com DI futuro, Dólar Futuro e IBOVESPA Futuro, o número de contratos negociados saltou de 235 milhões em 2009 para 394 milhões em 2010, sobressaindo-se os contratos com DI Futuro, que apresentaram evolução de 93%, devido à diferença de expectativas entre os agentes quanto à magnitude dos ajustes da taxa de juros ao longo do ano.

Número de contratos negociados			
	DI Futuro	Dólar Futuro	IBOVESPA Futuro
2009	151.958.184	66.776.180	16.350.493
2010	293.065.417	82.453.621	18.039.345
Variação	93%	23%	10%

Fonte: BM&FBOVESPA

4



Participantes do mercado



Emissores

Companhias abertas

Ao final do ano, havia 650 companhias abertas com registro ativo, sendo 485 companhias categoria A, cujas ações são elegíveis à negociação em mercados regulamentados, e 165 companhias categoria B, que podem ter valores mobiliários de sua emissão negociados em mercados regulamentados, exceto ações.

Quantidade de companhias

Companhias	2009		2010	
	Registros ativos	Registros suspensos	Registros ativos	Registros suspensos
Abertas	660	48	650	14
Estrangeiras	10	0	8	1
Incentivadas	228	832	122	909
Estrangeiras em regime especial	1	0	1	0

Fonte: CVM

A quantidade de companhias abertas reduziu-se no ano, de 708 para 664, apesar da recuperação de novos registros concedidos. O fato deve-se principalmente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 480, que determinou a suspensão de registro de todos os emissores inadimplentes com obrigações periódicas por período superior a 12 meses e o cancelamento de registro, por ofício, daqueles emissores cujo registro estivesse suspenso por mais de 12 meses. Dessa forma, o período (suspensão e cancelamento) que anteriormente era de, no mínimo, 4 anos foi reduzido para 2 anos.

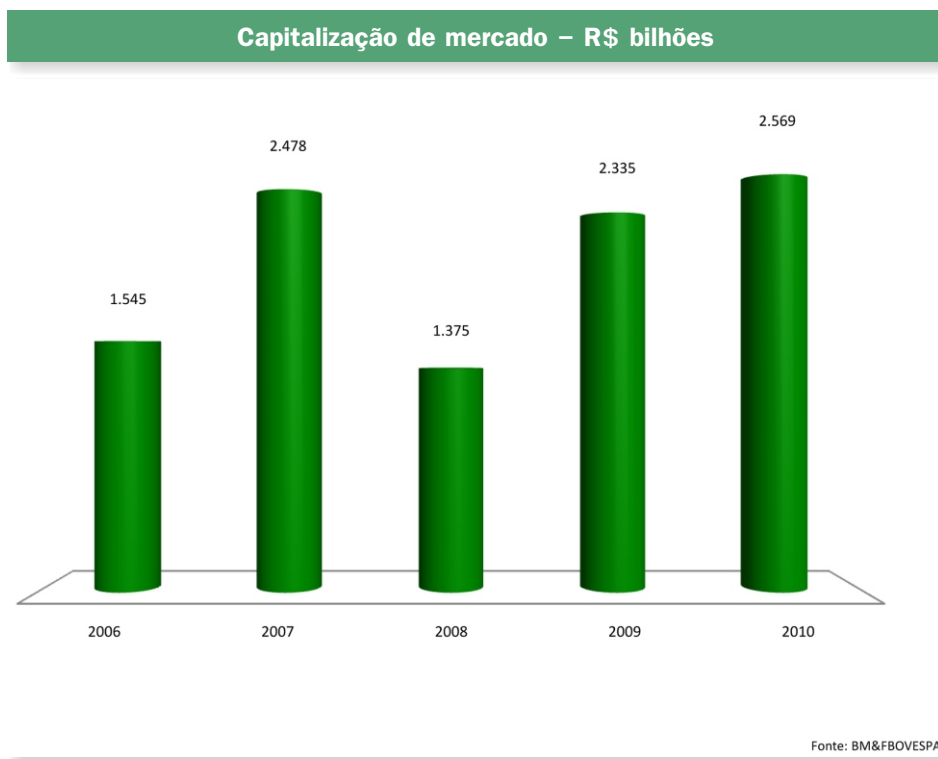
Atividades de registro

Companhias	2009		2010	
	Concedidos	Cancelados	Concedidos	Cancelados
Abertas	23	40	40	84
Estrangeiras	1	0	1	2
Incentivadas	13	27	9	38
Estrangeiras em regime especial	0	0	0	0

Fonte: CVM

Somente no primeiro dia útil de 2010, a CVM suspendeu o registro de 10 companhias abertas e cancelou o registro de outras 48. Quanto aos novos registros, estes superaram os 23 do ano anterior, recuperando-se em parte da queda de atividades do ano anterior, quando os registros concedidos foram profundamente afetados pela crise financeira internacional.

Entre as companhias abertas categoria A, a capitalização de mercado daquelas com ações negociadas em bolsa atingiu R\$ 2,6 trilhões. O acréscimo aproximado de 10%, em parte, deve-se à emissão de novas ações pelas companhias e da valorização da cotação de ações em mercado.



O ano de 2010 foi particularmente marcante para as companhias abertas, em função do intenso processo de aprendizado e adaptação a que elas foram submetidas. Durante o ano, entraram em vigor diversas normas, algumas editadas no ano anterior.

Além de ter sido o primeiro ano referência em que as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com normas contábeis completamente convergentes com as normas internacionais, as ICVMs nºs 480 e 481 também introduziram importantes melhorias no regime informacional desses emissores.

A ICVM nº 480 adotou um modelo em que as informações sobre a companhia são reunidas em um único documento atualizado regularmente – Formulário de Referência (FRE), criando uma fonte confiável e permanente de informações quantitativas e qualitativas muito próximas daquelas oferecidas em prospectos de ofertas de distribuição pública. Destaca-se que a instrução também introduziu a categorização de emissores, categorias A e B, estabelecendo regimes de prestação de informações adequados a cada uma das categorias criadas.

Também foi o primeiro ano em que as assembleias das companhias abertas foram realizadas com observância a ICVM nº 481. Além de ter regulamentado os pedidos públicos de procuração para o exercício do direito de voto em assembleias de acionistas, a norma estabeleceu as informações que as companhias devem fornecer aos acionistas antes da sua realização. Em consequência, a Instrução trouxe maior eficiência na organização dos acionistas para participação em assembleia, particularmente daquelas companhias com estrutura de propriedade dispersa, e o aumento de transparência do processo decisório das companhias.

Fundos de investimentos

Os fundos regidos pela ICVM nº 409 e os fundos estruturados somaram-se aproximadamente 11 mil fundos (entre operacionais e pré-operacionais) ao final de 2010, com acréscimo de 1.234 fundos 409 e 226 fundos estruturados, mantendo-se, assim, a tendência histórica de crescimento dessa indústria.

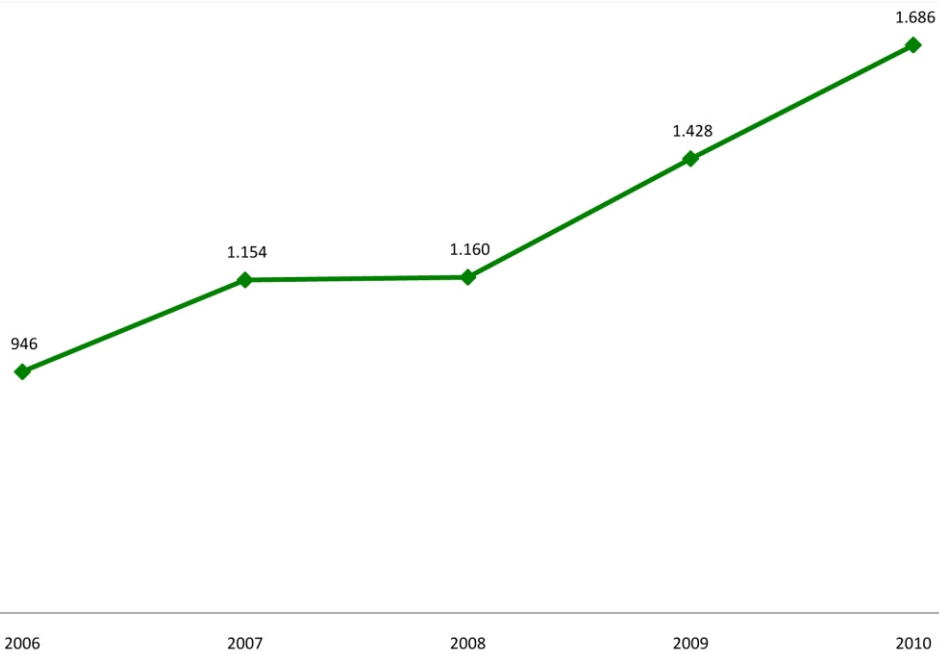
Quantitativo de fundos e atividades de registro

	Total em 31/12/2009	Registrados em 2010	Cancelados em 2010	Total em 31/12/2010
Fundos 409	8.796	1.986	752	10.030
FIDC	268	78	34	312
FIC-FIDC	9	6	2	13
FIDC-NP	62	20	9	73
FIP	258	146	16	388
FICFIP	16	15	0	31
FMIEE	29	1	1	29
FII	90	24	6	108
FUNCINE	11	4	0	15

Fonte: CVM

O patrimônio líquido dos fundos operacionais (excluídos os FICs) alcançou o valor de R\$ 1,7 trilhões, tendo os fundos 409 respondido por aproximadamente 92% do total desse valor, com destaque para os fundos de renda fixa e os fundos multimercados (em conjunto 65% do valor total). Por sua vez, os fundos estruturados alcançaram R\$ 129 bilhões, liderados pelos FIPs e, em seguida, pelos FIDCs. Nota-se que, apesar da participação dos fundos estruturados no total ser ainda pequena (7,67%), ela dobrou nos últimos 5 anos, tendo sido a participação em 2006 de apenas 3,4%.

Patrimônio líquido – R\$ bilhões



1- excluídos FICs

Fonte: CVM

Prestadores de serviço

Em 2010, a CVM concedeu 2.346 registros/cadastros a prestadores de serviço para atuarem no mercado de capitais e cancelou 261, destacando-se a evolução dos registros de administradores de carteira, consultores e agentes autônomos.

Prestadores de serviços registrados / autorizados

	Total em 31/12/2009	Registrados em 2010	Cancelados em 2010	Total em 31/12/2010
Administradores de carteira	2.144	395	71	2.468
Consultores de valores mobiliários	304	112	13	403
Corretoras de valores	108	2	5	105
Agentes autônomos de investimento	7.529	1.813	139	9.203
Distribuidoras de valores	127	3	4	126
Prestadores de serviços de ações escriturais, de custódia de valores mobiliários e agentes emissores de certificados	80	6	1	85
Auditores Independentes	449	15	28	436

Fonte: CVM

Especificamente em relação a agentes autônomos, categoria que apresentou expressivo crescimento, tanto em termos relativos quanto absolutos, salienta-se que, ao mesmo tempo em que esses profissionais têm contribuído para a expansão do mercado de capitais, inclusive em termos regionais, a sua atuação atinge principalmente investidores pessoas físicas, a maioria das quais pequenos investidores sem conhecimento profundo sobre investimentos.

Nesse sentido, em 2010, foi colocada em audiência pública a reformulação da instrução que trata da atividade desses profissionais, no sentido de conferir maior proteção a esses investidores contra eventuais condutas inadequadas.

Quanto a outras categorias, conforme esperado, não houve nenhuma alteração substancial, uma vez que essas categorias são formadas na sua maioria por pessoas jurídicas. Por fim, salienta-se ainda que, com a edição da ICVM nº 483 em 2010, a exigência de registro de analista na CVM foi substituída pela exigência de credenciamento em entidade autorreguladora autorizada pela CVM para essa finalidade, inclusive com a realização de exames de qualificação técnica e programas de educação continuada.

Outros

Não houve modificação durante o ano quanto ao número de registros de entidades administradoras de bolsa (5), entidades administradoras de mercado de balcão organizado (2) e telas de acesso à negociação em bolsas estrangeiras (5). Dessas, apenas, a BM&FBovespa e a CETIP apresentavam operações ativas.

No que diz respeito às telas de acesso, que possibilita investidores brasileiros a negociar em bolsas estrangeiras, não houve atividades. Essa ausência tem sido atribuída a questões de ordem tributária e operacional.

Por outro lado, o mercado brasileiro continuou atraindo os investidores estrangeiros: o número de investidores não residentes registrados na CVM aumentou 10%, passando de 14.641 para 16.122. No final de 2010, o valor da carteira somava US\$ 381 bilhões, com 67% alocados em ações e 31% em renda fixa.

5



Supervisão e fiscalização externa



Supervisão

Em 2010 foi concluído o primeiro Plano Bienal de supervisão baseada em risco, no qual foi inserida parte relevante das atividades rotineiras de supervisão da CVM: companhias abertas, fundos de investimentos, intermediários financeiros e entidades administradoras dos mercados de bolsas e de balcão organizado, bem como os mercados por elas administrados.

De acordo com a metodologia de supervisão baseada em risco (SBR), as atividades de acompanhamento foram complementadas e organizadas de forma a atribuir, para os eventos de risco definidos no Plano Bienal, diferentes graus de intensidade de supervisão sobre os jurisdicionados, conforme o seu impacto potencial no mercado e a probabilidade de ocorrência.

Os relatórios semestrais do SBR, que podem ser acessados no site da CVM, mostram as ações, os quantitativos, os resultados e a evolução das atividades de supervisão em função das modificações contínuas do ambiente do mercado de capitais. A experiência positiva e o aprendizado obtido na execução do Plano Bienal 2009/2010 estão refletidos na proposta de trabalho do Plano Bienal 2011/2012, com a inclusão de novos jurisdicionados (auditores independentes e intermediários não submetidos a entidades administradoras de bolsas e de balcão organizado) e o aperfeiçoamento de parâmetros utilizados na atribuição da intensidade das ações.

Entre outras ações de supervisão, tem-se o acompanhamento de: informações prestadas pelos jurisdicionados; operações realizadas em mercados de bolsa e mercado de balcão organizado; fiscalização das pessoas autorizadas a operar nesses mercados pelas entidades administradoras; atuação de administradores e de gestores de carteiras em cumprimento às regras de composição e aos critérios definidos para a precificação dos ativos da carteira dos fundos de investimento; e propostas e decisões nas deliberações em assembleias gerais e na condução dos negócios por parte dos controladores e órgãos de administração das companhias abertas.

Além do SBR, cuja natureza tem forte componente preventivo, é importante destacar a supervisão decorrente de ações por demanda, ou por meio de reclamações e denúncias, ou por outras formas de identificação e solicitação. Somente no âmbito do Programa de Orientação e Defesa do Investidor – PRODIN – foram abertos 977 processos administrativos para realização de diligências (ver capítulo 9 – Atendimento e orientação ao público).

Combinadas com as atividades de supervisão, também durante o ano de 2010, foram realizadas diversas ações de orientação aos jurisdicionados, tais como aquelas relativas às operações com Cédulas de Crédito Bancário, à correta interpretação sobre a autorização para ocultação temporária de operações e ativos da carteira de fundos de investimento, e à prestação de orientações às companhias sobre a elaboração do Formulário de Referência.

Ressalta-se que em função da edição das Instruções CVM nºs 480 e 481 e das normas referentes à convergência dos padrões contábeis ao IFRS (já mencionadas anteriormente), foi dada especial atenção à supervisão desses novos normativos, tendo sido constituída, inclusive, uma equipe especializada no acompanhamento do cumprimento das normas contábeis pelas companhias abertas.

Fiscalização externa

A fiscalização externa (in loco) compreende as inspeções por demanda, realizadas quando já há suspeita de irregularidade, e as inspeções externas de rotina, que buscam prevenir a concretização de irregularidades, de acordo com o planejamento formalizado no Plano Bienal de supervisão baseada em risco.

Em 2010, foram efetuadas inspeções em 294 jurisdicionados da CVM – conforme mostra a tabela a seguir. Desse total, destacam-se: 195 inspeções realizadas em fundos de investimento e respectivos administradores/gestores, 32 sobre atuação irregular no mercado (pessoas não autorizadas a intermediar valores mobiliários, administrar carteira, prestar consultoria ou emitir valores mobiliários) e 12 em entidades integrantes do sistema de distribuição (corretoras e distribuidoras).

Distribuição das inspeções diretas por tipos de jurisdicionado

Inspecionados	Quantidade 2009	Quantidade 2010
Corretora de valores mobiliários/de mercadorias e futuros	35	10
Distribuidora de valores mobiliários	4	2
Administrador / gestor de carteira	17	39
Custodiante de títulos e valores mobiliários	1	5
Auditor independente	6	4
Companhia aberta	3	3
Fundo de investimento	44	156
Banco de investimento/múltiplo/comercial não enquadrado nos demais itens	7	1
Clube do investidor	1	18
Agente autônomo de investimento	105	12
Pessoa não autorizada a intermediar valores mobiliários	13	23
Pessoa não autorizada a administrar carteira, a prestar consultoria e emitir valores mobiliários	10	9
Outros	5	12
TOTAL	251	294

Em 2010, o número de inspeções em fundos de investimento e em seus administradores/gestores respondeu por 66% do número total das inspeções, uma vez que eles representam a maior parcela do universo fiscalizável diretamente pela CVM (mais de 10.000 fundos), além do início das inspeções de rotina contempladas no SBR.

Dos 156 fundos inspecionados, 133 estavam inseridos no programa de inspeções de rotina previsto no Plano Bienal 2009/2010, ressaltando-se que a amostra dos respectivos administradores/gestores, na data-base de 31.03.2009, atingia aproximadamente 86% do universo de cotistas de fundos regulados pela Instrução CVM nº 409, bem como uma grande quantidade de cotistas de fundos estruturados.

A tabela a seguir mostra as incidências (302), por assunto, das inspeções realizadas ao longo de 2010. As inspeções de rotina em fundos de investimento regulados pela Instrução CVM nº 409, em fundos de investimento estruturados e em seus respectivos administradores/gestores, com um total de 153 incidências, corresponderam a 51% do total dos assuntos abordados nas inspeções. As inspeções sobre atuação de pessoas não autorizadas no mercado de valores mobiliários, com 15%, representaram a segunda maior incidência (46 casos). Merece destaque, também, a verificação do cumprimento das normas de administração de carteira, com 14% (43 casos).

Objetivos das inspeções

Objetivo da inspeção	Quantidade (em 2009)	Quantidade (em 2010)
Verificação da ocorrência de práticas não equitativas, fraudes, manipulação e criação de condições artificiais de oferta e demanda	6	12
Cumprimento das normas operacionais e administrativas por fundo de investimento	9	19
Cumprimento das normas operacionais e administrativas por custodiante/depositário/prestador de serviço de valores mobiliários escriturais	1	5
Cumprimento das normas de combate à lavagem de dinheiro (Instrução CVM nº 301)	16	1
Cumprimento das normas de administração de carteira	18	43
Adequação das demonstrações financeiras e ITRs de companhia aberta	1	3
Exercício abusivo de poder pelo acionista controlador	1	-
Conduta irregular de administrador de companhia aberta	2	2
Adequação dos procedimentos de auditoria	5	3
Intermediação de valores mobiliários por pessoa não autorizada	15	31
Administração de carteira/de fundo/de clube de investimento ou imobiliário por pessoa não autorizada	5	13
Consultoria de valores por pessoa não autorizada	1	2
Emissão e/ou colocação pública de valores mobiliários sem registro na CVM	7	3
Cumprimento das normas por agentes autônomos de investimento	107	7
Inspeção de rotina em fundos de investimento regulados pela Instrução CVM nº 409	30	127
Inspeção de rotina em administradores/gestores de carteira	2	20
Inspeção de rotina em fundos de investimento estruturados	2	6
Cumprimento das normas e procedimentos em operações com valores mobiliários em mercados de bolsa (Instrução CVM nº 387)	9	3
Outros	23	2
TOTAL	260	302

Cabe destacar também que foi iniciada, no final de 2010, uma inspeção piloto de rotina em auditores independentes, visto que as inspeções de rotina nesses regulados foram incluídas no Plano Bial 2011/2012. O roteiro dessa inspeção está em adaptação para contemplar o cumprimento das novas normas de auditoria vigentes para os trabalhos de revisão das demonstrações contábeis a partir do exercício de 2010.

6

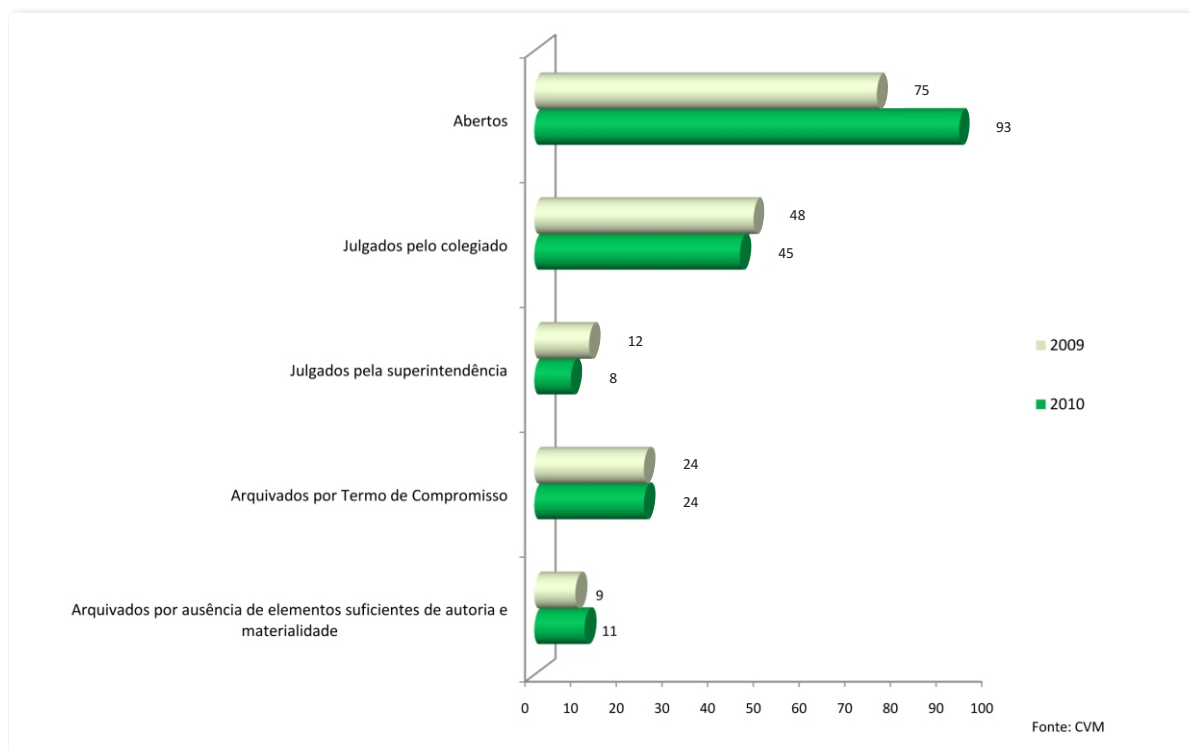


Atuação sancionadora



Foi aberto um total de 93 processos sancionadores pela CVM, o que representou um incremento de 24% em relação ao ano anterior. No mesmo período, foram concluídos 88 processos, sendo 53 por julgamento pelo Colegiado ou pelas superintendências, 24 arquivamentos por Termo de Compromisso e outros 11 arquivamentos por ausência de elementos suficientes de autoria e materialidade.

Processos



Do total de processos sancionadores abertos, 26 foram inquéritos administrativos instaurados pela Superintendência de Processos Sancionadores (SPS) e 67 foram termos de acusação e processos de rito sumário formulados pelas superintendências diretamente relacionadas à natureza das acusações.

A análise dos julgamentos realizados em 2010 revela que houve um pequeno aumento das multas, suspensões e inabilitações aplicadas pela CVM, quando comparadas àquelas impostas em 2009. O número de multas cresceu de 115 para 126, totalizando R\$ 575 milhões. Paralelamente, houve um acréscimo do número de absolvições, de 69 para 399, o que se deveu, em parte, a alguns processos antigos pautados para julgamento em 2010. Por exemplo, somente em dois processos, foram absolvidos mais de 230 acusados.

Resultado dos julgamentos		
	2009	2010
Advertências	19	9
Multas	115	126
Suspensões	0	5
Inabilitações	1	9
Cassações	0	0
Proibições	0	1
Absolvições	69	399

Fonte: CVM

Ressalta-se que o ano de 2010 registrou a maior evolução dos montantes financeiros envolvidos em termos de compromissos aprovados pela CVM em um único exercício: foram 57 termos aprovados, tendo um deles respondido por R\$ 150 milhões.

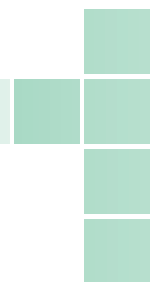
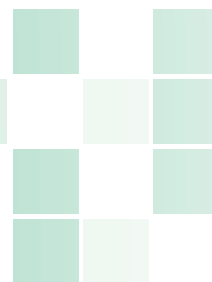
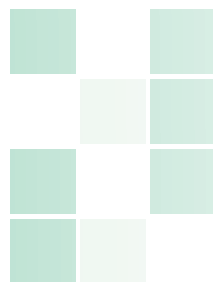
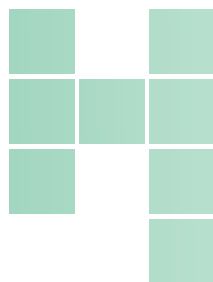
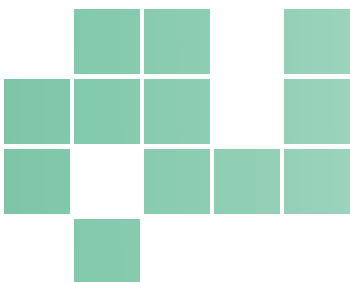
Termos de compromisso – propostas aprovadas			
	2008	2009	2010
Quantidade	59	71	57
Valor total (R\$ mil)	11.128	47.299	173.759

Fonte: CVM

7



Regulação



A regulamentação do mercado de capitais no ano de 2010 teve aperfeiçoamentos relevantes. Além de edição de diversas normas contábeis que buscaram atualizar aspectos pontuais em Deliberações editadas em 2008 e 2009, dentro do processo de convergência ao IFRS, destacam-se as Instruções CVM nºs:

- I. 482/2010, referente a ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários;
- II. 483/2010, sobre a atividade de analista de valores mobiliários;
- III. 484/2010, referente a fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC);
- IV. 487/2010, que modificou o regime das ofertas públicas de aquisição de ações (OPA); e
- V. 488/2010, que regulamentou as ofertas públicas de letras financeiras.

A Instrução CVM nº 482/2010 foi editada com o objetivo de harmonizar a Instrução 400/2003 com as regras das Instruções 476/2009 e 480/2009, bem como aperfeiçoar certos comandos de modo a refletir a experiência acumulada pela CVM na aplicação da própria Instrução 400/2003 desde a sua edição. As principais modificações introduzidas foram a obrigatoriedade de incorporação do formulário de referência ao prospecto de distribuição; criação do procedimento de registro automático de ofertas para os emissores com grande exposição ao mercado – EGEM; e criação de um termo inicial objetivo para delimitar o período de silêncio.

A Instrução CVM nº 483/2010, por sua vez, buscou aperfeiçoar as regras de conduta a que os analistas estão sujeitos, reforçando, na norma, as responsabilidades das instituições que empregam analistas de valores mobiliários e fortalecendo a estrutura de autorregulação a eles aplicável, ao outorgar o registro dos analistas de valores mobiliários a entidades credenciadoras devidamente autorizadas pela CVM para habilitar esses profissionais a exercer a atividade de análise, mantendo, contudo, a possibilidade de atuação da CVM na regulação e supervisão destes participantes.

Quanto à Instrução CVM nº 484/2010, ela teve como objetivo dar maior transparência às operações com a carteira de direitos creditórios do fundo divulgadas no demonstrativo trimestral. As principais inovações em tais demonstrativos referem-se a informações dos impactos dos eventos de pré-pagamento ou de alienação de direitos creditórios no valor do patrimônio líquido do fundo e na rentabilidade da carteira, devidamente acompanhados de uma análise da administração.

O ano de 2010 também foi marcado por importantes modificações no regime das ofertas públicas de aquisição de ações (OPA), por meio da Instrução CVM nº 487/2010, decorrentes da necessidade de adaptação das regras de OPA a um cenário em que as ofertas públicas para aquisição do controle de companhias abertas tendem a se tornar mais presentes, na medida em que se observa um crescente número de companhias abertas sem acionista controlador majoritário. As alterações também tiveram por objetivo atualizar a Instrução CVM nº 361/2002, que se aplica a todos os tipos de OPA, tendo em vista a experiência acumulada pela CVM desde sua edição.

Entre as diversas inovações trazidas pela norma, no caso das OPAs voluntárias para aquisição de controle, podem ser citadas a criação de dispositivos para reforçar a liberdade de escolha do acionista pela aceitação, ou não, da oferta e o aumento substancial na quantidade e qualidade de informações a serem divulgadas pelo ofertante, pela companhia objeto, seus administradores e principais acionistas, sobretudo quanto a negócios por eles realizados envolvendo ações e derivativos durante o período da OPA; e, no caso das modalidades de OPAs que requerem laudo de avaliação, aperfeiçoamentos nas regras acerca do trabalho esperado e da responsabilidade dos avaliadores.

No que tange à Instrução CVM nº 488/2010, ela regulamentou as ofertas públicas de distribuição de letras financeiras, criadas pela Medida Provisória nº 472/2009 (convertida na Lei nº 12.249/10). As letras financeiras são instrumentos de dívida de longo prazo de emissão privativa de determinadas espécies de instituições financeiras que, de acordo com a instrução, sejam companhias abertas ou não, podem registrar automaticamente distribuições de letras financeiras não vinculadas, por meio de prévio registro dos Programas de Distribuição Contínua – PDC.

Destaca-se que as instituições financeiras que não sejam companhias abertas estão sujeitas a um regime informacional próprio e que a instituição do PDC permitiu a realização de diversas distribuições de um mesmo tipo de letra financeira (consequentemente o aumento do volume de títulos de um mesmo tipo), proporcionando assim uma das condições básicas para o surgimento de um mercado secundário para esses títulos.

Normativos publicados pela CVM em 2010

Normativo	Publicação	Assunto
Instrução 488 de 16.12.2010	Publicada no DOU de 17.12.10 Retificada no DOU de 13.01.11	Ofertas de distribuição pública. Altera e acrescenta artigos à Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, à Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.
Instrução 487 de 25.11.2010	Publicada no DOU de 26.11.10	Ofertas de aquisição de ações. Altera a Instrução 361/02.
Instrução 486 de 17.11.2010	Publicada no DOU de 18.11.10	Atividades de compartilhamento de informações sobre operações com derivativos realizados em bolsa ou mercado de balcão organizado. Acrescenta artigo à Instrução 467/08.
Instrução 485 de 01.09.2010	Publicada no DOU de 03.09.10	Elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas. Altera a Instrução 457/07.
Instrução 484 de 21.07.2010	Publicada no DOU de 22.07.10	Informações sobre a carteira de FIDCs. Acrescenta e altera dispositivos da Instrução CVM 356/01.
Instrução 483 de 06.07.2010	Publicada no DOU de 12.07.10	Atividade de analista de valores mobiliários. Revoga as Instruções 388/03; 412/04; 430/06.
Instrução 482 de 05.04.2010	Publicada no DOU de 06.04.10	Ofertas de distribuição pública. Altera e acrescenta artigos à Instrução 400/03 e à Instrução 476/09.
Deliberação 633 de 06.07.2010	Publicada no DOU de 12.07.10	Exames para a comprovação de qualificação técnica no processo de credenciamento de analistas de valores mobiliários.

No tocante às audiências públicas realizadas em 2010, e que ainda não tiveram as respectivas normas finais editadas, merecem destaque as de número 01/10, que reformula as regras de constituição, administração, funcionamento e a divulgação de informações e a distribuição de cotas dos Clubes de Investimento, e a 03/10, que reordena a regulamentação da atividade de agente autônomo de investimento, revogando a Instrução CVM nº 434/2006.

A primeira, além de dar novo tratamento à regulamentação dos Clubes, defasada, nos últimos anos, inclusive por um maior refinamento das regras aplicáveis aos fundos de investimento, buscou conciliar certas demandas de mercado com preocupações a respeito da utilização dos Clubes para propósitos de “arbitragem regulatória”. Já a segunda, buscou tornar mais transparente o papel do agente autônomo de investimento diante da expansão do mercado de capitais no Brasil, e as alterações sugeridas visam à redução de eventuais campos de incerteza para os clientes, sobretudo a partir do reforço da responsabilidade dos intermediários pela atuação dos agentes autônomos que para eles prestam serviços.

Por fim, faz-se necessário ressaltar que continuou na agenda de 2010 a emissão de diversas normas contábeis, apesar da conclusão do processo de convergência das normas contábeis brasileiras com as internacionais, em 2009: conforme divulgado anteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, ele assumiu o compromisso de, ao final do processo, revisar e atualizar todos os documentos emitidos em 2008 e 2009, de forma que refletissem as mudanças ocorridas entre a sua emissão e o período presente.

Adicionalmente, com o intuito de orientar as companhias relativamente a alguns possíveis desvios e consequentes ajustes que se fizessem necessários e/ou na elucidação de pontos que pudessem apresentar maior dificuldade de entendimento, foram emitidas diversas orientações (OCPCs) e interpretações (ICPCs), além de dois ofícios circulares.

Norma CPC	Descrição	Norma IFRS	Deliberação CVM
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	IAS 36	639/10
CPC 02 (R2)	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	IAS 21	640/10
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IAS 7	641/10
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	IAS 38	644/10
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	IAS 24	642/10
CPC 06 (R1)	Operações de Arrendamento Mercantil	IAS 17	645/10
CPC 07 (R1)	Subvenção e Assistência Governamentais	IAS 20	646/10
CPC 08 (R1)	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	IAS 39 (partes)	649/10
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	IFRS 2	650/10
CPC 16 (R1)	Estoques	IAS 2	624/10
CPC 26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IAS 1	624/10
CPC 36 (R1)	Demonstrações Consolidadas	IAS 27	624/10
CPC 37 (R1)	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1	647/10
CPC 41	Resultado por Ação	IAS 33	636/10
CPC 43 (R1)	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	IFRS 1	651/10
OCPC 01 (R1)	Entidades de Incorporação Imobiliária	-	624/10
OCPC 04	Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras	-	653/10
OCPC 05	Contratos de Concessão	-	654/10
ICPC 13	Direitos a Participações Decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental	IFRIC 5	637/10
ICPC 15	Passivos Decorrentes de Participação em um Mercado Específico – Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos	IFRIC 6	638/10
ICPC 16	Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais	IFRIC 19	652/10
Ofício-Circular CVM/SNC/S EP/ Nº 01/2010	Esclarecimentos sobre a apresentação de Informações Trimestrais (ITR) e Demonstrações Financeiras Intermediárias durante o ano de 2010.	-	
Ofício-Circular CVM/SNC/S EP/ Nº 02/2010	Destaques dos documentos emitidos pelo CPC – Demonstrações Contábeis de 2010.		

8



Presença
internacional
e cooperação
com outros
organismos



Presença internacional

A CVM intensificou sua atuação em fóruns internacionais nos últimos anos, em função do crescimento da importância do Brasil em todas as instâncias de discussão no contexto internacional e do incremento das atividades dos reguladores de mercado de capitais em razão dos efeitos da crise financeira internacional.

A partir da crise de 2008, ficou mais evidente que o mercado de capitais não só é afetado pelo risco sistêmico, que abala a integridade do sistema financeiro, como pode, também, ser fonte dessa instabilidade sistêmica e canal de transmissão. Os órgãos reguladores de mercados de capitais foram chamados a reavaliar seus mandatos e sua atuação de forma inédita para lidar com os problemas que foram identificados na crise.

IOSCO – International Organization of Securities Commissions

Quanto aos trabalhos na IOSCO, da qual a CVM é membro dos Comitês Executivo e Técnico, os seus representantes contribuíram para as novas recomendações emitidas pela organização, uma vez que a experiência do mercado de capitais brasileiro tem se mostrado mais robusta em diversos aspectos. Além disso, esse intercâmbio de experiências tem beneficiado a autarquia na sua capacidade de identificar e compreender as implicações de novos produtos e práticas que, com a globalização e a interconexão dos mercados, são introduzidos no mercado brasileiro em um intervalo de tempo cada vez menor.

Representantes da CVM participam dos 7 comitês permanentes da IOSCO (Standing Committees), que tratam dos padrões de regulação e fiscalização nos seguintes temas: contabilidade, auditoria e divulgação de informações; mercados secundários; intermediários de mercado; enforcement e intercâmbio de informações; mecanismos coletivos de investimento; agências classificadoras de risco e risco sistêmico/pesquisa.

Ainda no âmbito da IOSCO, os representantes da CVM têm participado de diversos grupos de trabalho e forças-tarefa, que lidam com assuntos como Entidades Não Reguladas (*hedge funds*); Derivativos de *Commodities* e Mercados Futuros; Produtos e Mercados Não Regulados (focado em securitização); Derivativos de Balcão e Vendas a Descoberto; Implementação dos princípios da IOSCO – no qual se está elaborando a nova metodologia para avaliação externa; e Revisão das Recomendações para Contrapartes Centrais (grupo que é integrado, em conjunto, pelo Comitê de Sistemas de Liquidação e de Pagamentos – CPSS – e pela IOSCO).

A tabela a seguir mostra a listagem de trabalhos dos Comitês, dos Grupos de Trabalho e das Forças-Tarefas que foram tornados públicos durante o ano de 2010.

Relatórios públicos divulgados, em 2010, pelos Comitês, Grupos de trabalho e Forças-tarefas da IOSCO.

Nome	Data	Link
Review of the Differentiated Nature and Scope of Financial Regulation - Key Issues and Recommendations, Joint Forum (IOSCO, BCBS and IAIS)	01/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD315.pdf
Comments Received in Relation to the Consultation Report, Auditor Communications, Report of the Technical Committee of IOSCO	02/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD316.pdf
Principles for Periodic Disclosure by Listed Entities, Report of the Technical Committee of IOSCO	02/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD317.pdf
Disclosure Principles for Public Offerings and Listings of Asset-Backed Securities, Report of the Technical Committee of IOSCO	04/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD318.pdf
Regulatory Implementation of the Statement of Principles Regarding the Activities of Credit Rating Agencies, Report of the Technical Committee of IOSCO	05/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD319.pdf
Guidance on the Application of the 2004 CPSS-IOSCO Recommendations for Central Counterparties to OTC Derivatives CCPs, Report of the Committee on Payment and Settlement Systems and the Technical Committee of IOSCO	05/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD320.pdf
Considerations for Trade Repositories in OTC Derivatives Markets, Report of the Committee on Payment and Settlement Systems and the Technical Committee of IOSCO	05/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD321.pdf
Principles Regarding Cross-Border Supervisory Cooperation, Report of the Technical Committee of IOSCO	05/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD322.pdf
IOSCO Objectives and Principles of Securities Regulation, IOSCO Report	06/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD323.pdf
Task Force on Commodity Futures Market, Report to G-20, Report of the Technical Committee of IOSCO	06/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD324.pdf
Task Force on Commodity Futures Market, Survey, Report of the Technical Committee of IOSCO	06/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD325.pdf
Transparency of Structured Finance Products, Report of the Technical Committee of IOSCO	07/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD326.pdf
Comments Received in Relation to the Consultation Report, Guidance on the Application of the 2004 CPSS-IOSCO Recommendations for Central Counterparties to OTC Derivatives CCPs, Report of the Committee on Payment and Settlement Systems and the Technical Committee of IOSCO	07/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD327.pdf

Comments Received in Relation to the Consultation Report, Considerations for Trade Repositories in OTC Derivatives Markets, Report of the Committee on Payment and Settlement Systems and the Technical Committee of IOSCO	07/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD328.pdf
Objectives and Principles of Securities Regulation, IOSCO Report	07/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD329.pdf
OTC Markets and Derivatives Trading in Emerging Markets - Final Report, Report of the Emerging Markets Committee of IOSCO	07/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD330.pdf
Intermediary Internal Controls Associated with Price Verification of Structured Finance Products and Regulatory Approaches to Liquidity Risk Management, Report of the Technical Committee of IOSCO	08/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD331.pdf
Final Report on Principles for Direct Electronic Access to Markets, Report of the Technical Committee of IOSCO	08/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD332.pdf
Final Report on Effectiveness of Market Interventions in Emerging Markets, Report of the Emerging Markets Committee of IOSCO	10/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD333.pdf
Final Report on Securitization and Securitized Debt Instruments in Emerging Markets, Report of the Emerging Markets Committee of IOSCO	10/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD334.pdf
Developments in Modelling Risk Aggregation, Joint Forum (IOSCO, BCBS and IAIS)	10/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD335.pdf
Consultation Document on Issues Raised by Dark Liquidity, Report of the Technical Committee of IOSCO	10/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD336.pdf
Comments Received in Response to Consultation Reports on Issues Pertaining to the Audit of Publicly Listed Companies - Comment Letters, Report of the Technical Committee of IOSCO	10/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD337.pdf
Non-Professional Ownership Structures for Audit Firms Consultation Report - Comment Letters, Report of the Technical Committee of IOSCO	10/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD338.pdf
Transparency of Firms that Audit Public Companies Consultation Report - Comment Letters, Report of the Technical Committee of IOSCO	10/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD339.pdf
Task Force on Commodity Futures Markets Report to the G-20, Report of the Technical Committee of IOSCO	11/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD340.pdf
Final Report on Private Equity Conflicts of Interest, Report of the Technical Committee of IOSCO	11/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD341.pdf
Final Report on Guidelines for the Regulation of Conflicts of Interest Facing Market Intermediaries, Report of the Emerging Markets Committee of IOSCO	11/10	http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD342.pdf

Com a conclusão do processo de adoção plena das normas contábeis emitidas pelo IASB até 2010, tem sido necessária a presença da autarquia em fóruns nacionais e internacionais com o objetivo de influenciar nas discussões sobre alterações e sobre novas normas contábeis, que acontecem permanentemente.

Nesse sentido, a CVM é hoje membro do **IFRS Advisory Council** (Conselho Consultivo sobre Normas) do IASB. A participação da CVM nas instâncias visa assegurar a própria qualidade das normas que terão que ser adotadas pelas companhias brasileiras.

A Autarquia também é membro do Fórum Internacional de Reguladores de Auditores Independentes (IFIAR), que tem por objetivo o intercâmbio de experiências em regulação e supervisão de auditores.

Na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em que a CVM participa do OECD Corporate Governance Committee como membro observador, as práticas dos conselhos de administração das companhias brasileiras de capital aberto foram, em 2010, objeto de revisão pelos pares, em conjunto com as práticas das companhias inglesas, japonesas, portuguesas e suecas.

No Conselho de Reguladores de Valores das Américas (COSRA – que funciona como Comitê Regional Interamericano da IOSCO), a CVM contribuiu ativamente no grupo sobre utilização inadequada de informação privilegiada, no âmbito da força tarefa – OECD/COSRA sobre governança corporativa, tendo sediado a reunião plenária do COSRA de outubro. O grupo fez um levantamento acerca da regulação, assim como das atividades de *enforcement* e supervisão praticadas nos diferentes países pelos órgãos reguladores e autorreguladores, e apresentou recomendações e sugestões a respeito do tema.

No âmbito do MERCOSUL, a CVM participou de todas as discussões que envolveram negociações a respeito dos serviços do mercado de valores mobiliários, tendo discutido e co-aprovado o texto incorporado pela Decisão CMC 31/10, que fixa regras para a regulamentação mínima do mercado de valores mobiliários sobre a elaboração e divulgação de informações financeiras.

A autarquia ainda realizou diálogos regulatórios semestrais com a Comissão Europeia, com o objetivo de intercambiar informações no âmbito da regulação financeira. Nos últimos diálogos, os temas principais foram regulação de auditores independentes, convergência de normas contábeis, derivativos de balcão, lavagem de dinheiro, governança corporativa (remuneração de executivos) e agências classificadoras de risco.

Cooperação com outros organismos

Destacaram-se três importantes acordos de cooperação assinados em 2010 com organismos nacionais, dentro do objetivo da CVM de buscar a mais ampla coordenação de esforços entre órgãos internos ou externos, públicos ou privados, que atuam na supervisão e fiscalização do mercado de capitais.

Em março, a CVM e a Polícia Federal assinaram um acordo de cooperação técnica para o desenvolvimento de projetos e atividades de interesse comum, incluindo atuação conjunta na prevenção e no combate a ilícitos contra o mercado de capitais. A iniciativa somou-se ao acordo de cooperação assinado com o Ministério Público Federal em maio de 2008.

Em outubro, a CVM e o Banco Central firmaram novo convênio de cooperação operacional e de intercâmbio de informações, como parte do processo de aprimoramento dos instrumentos de atuação das duas autarquias. É possível citar, por exemplo, a potencial melhoria da supervisão por parte da CVM sobre os fundos de investimento em direitos creditórios e outros que investem em crédito privado, com base no acesso que terá aos dados do Sistema de Informações de Créditos.

Finalmente, em dezembro, a CVM e o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) firmaram um acordo de cooperação técnica para o intercâmbio de informações e aprimoramento de atividades regulatórias, de fiscalização e de educação de investidores, que estabeleceu as bases para uma colaboração mais estreita entre as duas entidades. O acordo prevê, entre outros, a comunicação antecipada à outra entidade de propostas de regulamentação que possam afetar matéria sob a competência da outra entidade; o acesso recíproco às informações dos sistemas de reclamações mantidos por cada órgão, com exceção de informações protegidas por sigilo; e o programa de cooperação educacional compreendendo, inclusive, ações de educação do cidadão e o treinamento dos servidores das entidades, bem como de técnicos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor em temas relacionados ao mercado de valores mobiliários.

Quanto à cooperação com organismos estrangeiros, destaca-se a participação da autarquia no Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento ao Terrorismo (GAFI/FATF), iniciativa dos países-membros da OCDE e de outros associados a este Grupo, bem como a participação no Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo na América do Sul (GAFISUD), organismo multilateral regional criado nos moldes do GAFI/FATF.

Em 2010, a CVM seguiu participando ativamente nos grupos de trabalho do GAFI/FATF: (i) Tipologias, (ii) Terrorismo e Lavagem de Dinheiro, (iii) Cooperação Internacional e (iv) Avaliação e Implementação. Ressalta-se que, durante o ano, o Brasil foi submetido ao processo de avaliação mútua pelos membros do GAFI, quando a regulação sobre o mercado de capitais e o nível de cooperação internacional da CVM no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo foram positivamente reconhecidos.

Ressalta-se ainda que o ano de 2010 marcou o primeiro exercício completo da CVM como signatária plena do Anexo A do Memorando Multilateral de Entendimento da IOSCO (MMoU). A adesão ampliou a capacidade da autarquia de fornecer e receber auxílio de reguladores de outros países nas investigações que envolvam participantes estrangeiros ou que atuem em mais de uma jurisdição. O Anexo A possuía 75 signatários ao final de 2010, sendo apenas três deles da América Latina: Brasil, México e Uruguai.

Embora a política da CVM seja, em regra, de não firmar acordos bilaterais com membros ordinários e associados da IOSCO, dada a abrangência e a qualidade do MMoU, a autarquia manteve os MoUs bilaterais que tiveram as negociações iniciadas anteriormente à assinatura do Memorando Multilateral. Assim, foram firmados em 2010 dois MoUs bilaterais com os reguladores da Índia e da Ucrânia. Além disso, estão em curso entendimentos para firmar acordos bilaterais com o Banco de Portugal e com o PCAOB – *Public Company Accounting Oversight Board*, o regulador de auditores independentes dos EUA.

Demandas Internacionais – Solicitações e Atendimentos

Tipo	Solicitações		Solicitações atendidas
Investigação	• do Regulador Estrangeiro à CVM	11	9
	• da CVM ao Regulador Estrangeiro	4	3
Diligência	• do Regulador Estrangeiro à CVM	20	21
	• da CVM ao Regulador Estrangeiro	1	4
Consulta	• do Regulador Estrangeiro à CVM	59	51
	• da CVM ao Regulador Estrangeiro	17	18
Solicitação de Investidor Estrangeiro		10	7
Total ^(a)		122 ^(a)	113

(a) Do total, 32 demandas foram diretamente relacionadas ao IOSCO MMoU. Entre os países com os quais ocorreram consultas e intercâmbios de informações em 2010 constam: Argentina, Austrália, Chile, EUA, Ilhas Virgens Britânicas, Itália, Irã, Japão, Luxemburgo, Noruega e Panamá.

9



Atendimento e orientação ao público



Atendimento e orientação ao público

Desde 1998, a CVM mantém o Programa de Orientação e Defesa do Investidor – PRODIN, que tem o objetivo de esclarecer e responder consultas, reclamações e denúncias do público em geral. No âmbito do programa, em 2010 foram realizados mais de 125 mil atendimentos, incluindo as cartilhas de orientação distribuídas.

Os investidores demandaram informações por meio dos seguintes canais de comunicação disponíveis: Serviço de Atendimento ao Cidadão (mensagens eletrônicas), correspondências, telefônico (CVM e linha gratuita 0800 722 5354) e pessoal (atendimento prestado em São Paulo e no Rio de Janeiro). A tabela abaixo mostra os atendimentos realizados e as cartilhas distribuídas em 2010 comparadas com 2009.

Atendimentos		
Formas de Atendimento	2009	2010
Pessoal	1.744	1.731
Telefônico	8.316	7.741
Central 0800	17.995	26.793
E-mail	19.458	10.762
Processos	1.143	975
Outros*	23	35
Subtotal	48.679	48.037
Cartilhas	77.695	77.937
Total	126.374	125.974

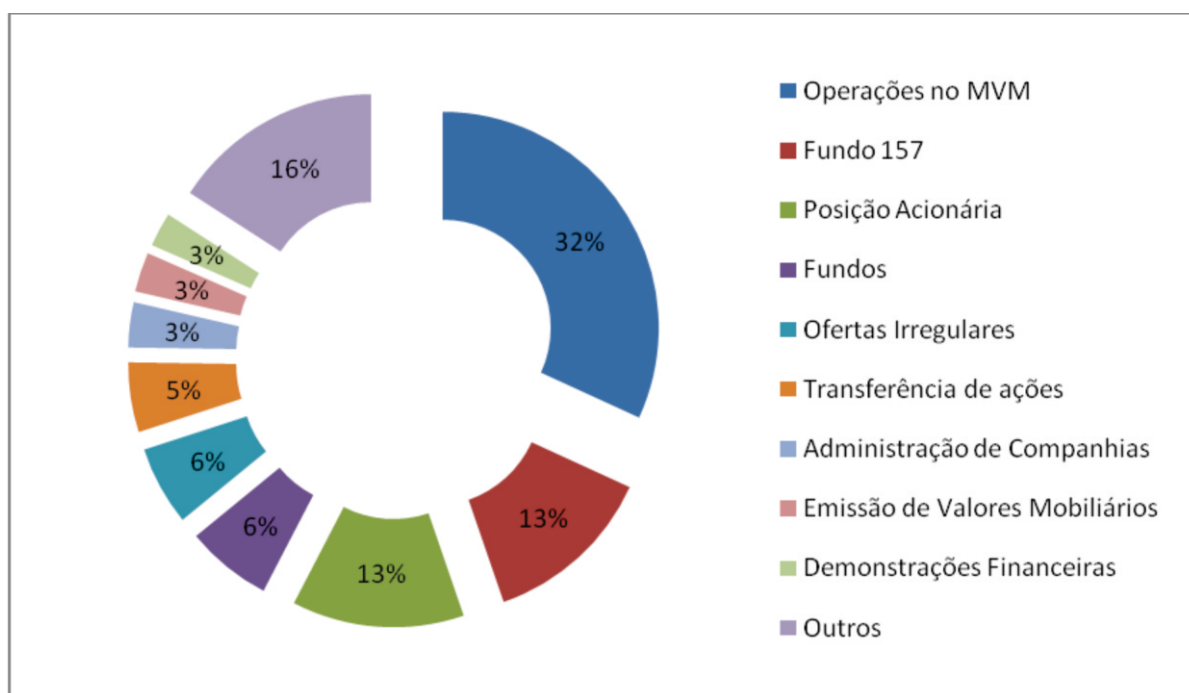
Fonte: CVM

*Demandas relativas ao Fundo 157 para as quais não foi aberto processo

As mensagens eletrônicas recebidas pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) e pelo Portal do Investidor (www.portaldoinvestidor.gov.br) foram atendidas, em regra, em até cinco dias úteis. No que concerne às manifestações que exigiram o aprofundamento da análise ou a realização de diligências para melhor averiguação dos fatos, foram abertos 977 processos administrativos, sendo 583 decorrentes de mensagens eletrônicas e 394 de demandas encaminhadas por outros canais de comunicação.

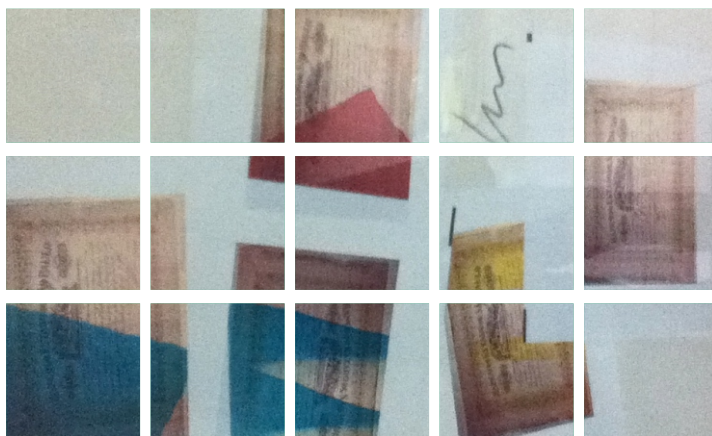
O gráfico a seguir apresenta os principais assuntos tratados em 2010, dentre as demandas que determinaram a abertura de processos administrativos, visando o aprofundamento das questões reportadas para o esclarecimento de situações de eventual prática de irregularidade.

Assuntos que determinaram a abertura de processos administrativos



Ainda em 2010, a CVM passou a divulgar o Boletim Semestral, com o ranking de entidades e assuntos mais reclamados pelo público. Os relatórios estão disponibilizados no site da Autarquia.

10



Educação financeira



Atividades educacionais

Em 2010, a CVM, a exemplo dos anos anteriores, participou de palestras, cursos, seminários e eventos, voltados a investidores em geral, além de públicos específicos como, por exemplo, o programa Circuito Universitário e o convênio de cooperação com o Ministério da Justiça para proteção e educação aos consumidores de serviços.

No que tange o Comitê Consultivo de Educação, composto pela CVM, ABRASCA, ANBIMA, ANCOR (atualmente ANCORD), APIMEC Nacional, BM&FBOVESPA, IBRI e INI, no ano de 2010 foi realizado, em Salvador, o 3º Encontro de Investidores. A presidente e os superintendentes da autarquia puderam informar e responder dúvidas e consultas do público sobre o mercado de capitais e o papel da CVM no desenvolvimento desse mercado. Além disso, o Comitê deu continuidade às edições do Programa TOP VIII e IX – curso de imersão voltado para docentes que lecionam matérias sobre o mercado de capitais – com a finalidade de criar multiplicadores e ampliar o conhecimento dos estudantes em temas relativos aos investimentos disponíveis, ambientes de negociação e instituições do mercado.

A CVM também participou de eventos educacionais promovidos por outras instituições e voltados para pessoas interessadas em conhecer melhor as opções de investimento. Por exemplo, participou das 13 edições da Expomoney e de 6 edições do evento educacional FIC – INI, realizando palestras e distribuindo mais de 37 mil cartilhas. Os eventos ocorreram nas cidades de Ribeirão Preto, Curitiba, Fortaleza, Salvador, Recife, Florianópolis, Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Criciúma, Niterói, Piracicaba, Viçosa e Volta Redonda.

Destaca-se que, em 2010, foi reformulada a área de proteção e educação ao investidor no site da CVM, com o propósito de facilitar o acesso a informações de interesse do público. Com a inclusão do item “Alertas ao Investidor”, procurou-se reunir diversas orientações importantes para que o cidadão possa identificar os golpes mais comuns, alertando para situações de risco e os cuidados ao comprar ou vender ações. As deliberações e atos declaratórios de alerta e a lista de empresas inadimplentes com a prestação de informações ao mercado, bem como aquelas com registros suspensos e cancelados, também passaram a ser reunidas nesse link.

Em 20.06.2010, a autarquia passou a utilizar o Twitter com forma de comunicação direta com o público. Através do perfil @CVMEducacional, houve o crescimento do número de seguidores, além de obter um alcance indireto de aproximadamente 15 vezes o número de seguidores, com o chamado retweet (RT). O repasse de mensagens nossas (RT) (uma ou mais vezes) resultou na dispersão da informação para 22.172 pessoas.

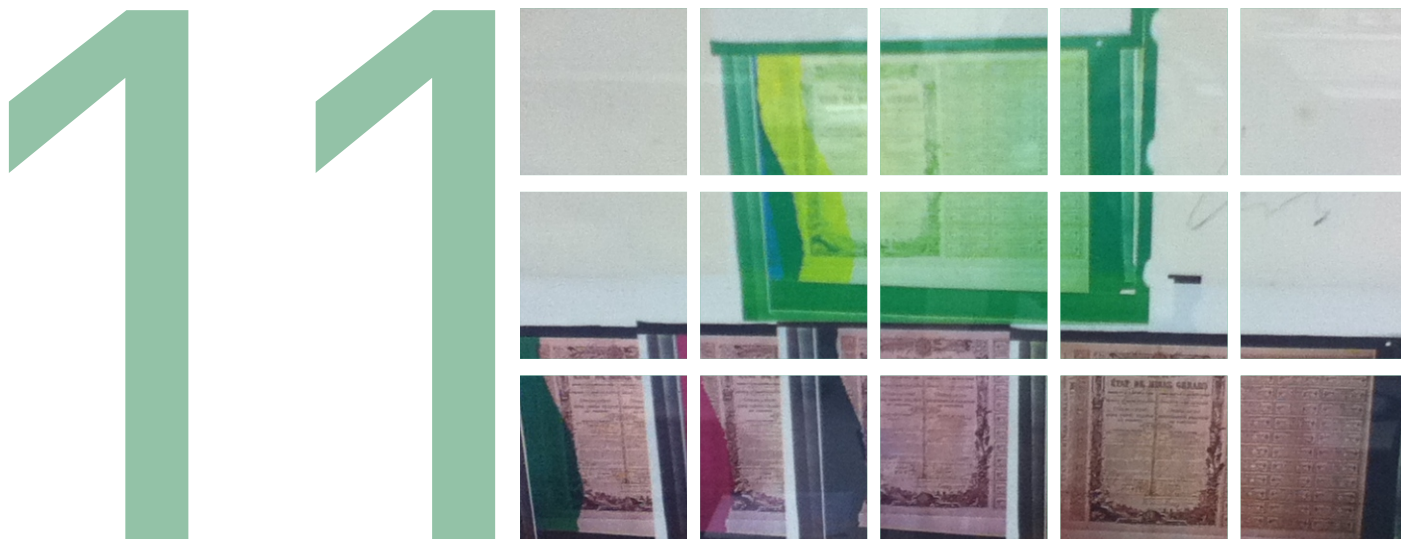
Estratégia Nacional de Educação Financeira

Em 22 de dezembro de 2010, pelo Decreto nº 7.397, foi instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), resultado de esforços conjuntos do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec) e de diversos órgãos e entidades públicas e privadas.

A propositura de uma estratégia nacional de educação financeira foi iniciada em 2007 por iniciativa do COREMEC. Entre as ações previstas, destaca-se o Programa de Educação Financeira nas Escolas, para o qual foi constituído grupo de apoio pedagógico, com participação de instituições do setor educacional e financeiro, privado e público, sob a coordenação da CVM. Esse grupo produziu o documento “Orientações para Educação Financeira nas Escolas”, no qual estão expostas as diretrizes para a educação financeira e sua abordagem em sala de aula, bem como a sua interação com outras áreas do conhecimento no âmbito do ensino básico. O esforço conjunto também levou à elaboração de um material didático para o ensino médio, em conformidade com as diretrizes propostas.

Em 2010, teve início o Projeto Piloto de Educação Financeira nas escolas de ensino médio, tendo sido concluída a primeira etapa ainda no mesmo ano. A avaliação dos resultados da iniciativa, que vem sendo realizada em 2011, segue metodologia adotada pelo Banco Mundial. Participaram dessa primeira fase, escolas do Ceará, Tocantins, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, envolvendo cerca de 900 escolas e 27 mil estudantes (além de seus familiares), divididos em 2 grupos: tratamento e controle.

Grupos						
ESTADOS	GRUPO DE TRATAMENTO			GRUPO DE CONTROLE		
	MUNICÍPIOS	ESCOLAS	ESTUDANTES	MUNICÍPIOS	ESCOLAS	ESTUDANTES
CE	24	62	2.012	23	60	1.959
DF (Brasília)	1	32	1.105	1	32	1.112
MG	6	14	360	10	15	371
RJ	42	134	3.513	47	136	3.752
SP	14	180	5.741	34	192	6.037
TO	12	17	505	13	17	514
TOTAL	99	439	13.236	128	452	13.745



Dados financeiros



O financiamento da CVM decorre das fontes de recursos estabelecidas pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com destaque para a taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, instituída pela Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, em decorrência do poder de polícia conferido à Autarquia.

Receita da Comissão de Valores Mobiliários – 2007/2010 (em R\$)

					2007	2008	2009	2010
RECEITA TOTAL					178.739.342	185.152.852	186.012.382	239.930.323,56
<i>Categoria</i>	<i>Origem</i>	<i>Rubrica</i>	<i>Alínea</i>	<i>Fonte*</i>				
Receitas Correntes					178.739.342	185.152.852	186.012.382	239.930.323,56
Receita Tributária					155.166.722	165.731.913	162.908.445	176.960.707,39
		Taxa de Fiscalização		174	155.166.722	165.731.913	162.908.445	176.960.707,39
Outras Receitas Correntes					23.242.545	18.982.479	22.717.096	62.551.528,90
		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		174		57.197	155.709	93.761,01
		MULTAS DE OUTRAS ORIGENS			15.158.677	9.934.154	12.074.837	50.885.759,64
		Multas cominatórias		174	2.408.077	3.425.324	3.102.277	3.829.398,41
		Multas de Inquérito		174	145.582	1.287.391	338.063	1.092.523,73
		Multas prevista em contratos		174	83.118	-	-	65.977,40
		Termo de Compromisso		174	12.521.900	5.221.438	8.634.497	45.897.860,10
		MUL. E JUR. MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS			2.965.534	1.919.436	3.382.684	3.082.946,30
		Dívida Ativa de Multa		174	2.965.534	1.919.436	3.382.684	3.082.946,30
		MULTAS E JUROS DE MORA-OUTRAS RECEITAS		174	-	-	31.437	141.938,87
		MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS		174	-	38.951	13.626	9.280,46
		OUTRAS MULTAS		174	-	73	-	-
		RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA			5.067.273	6.973.493	7.058.376	8.337.721,57
		Dívida Ativa de Taxa		174	5.067.273	6.973.493	7.058.376	8.337.721,57
		RECEITAS CORRENTES DIVERSAS			51.060	59.177	427	121,05
		outras receitas		250	51.060	59.177	427	121,05
Receita Patrimonial					288.042	397.058	358.051	382.500,54
		REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		280	268.343	206.692	197.205	221.185,55
		DIVIDENDOS		250	1.570	56.677	12.392	6.650,07
		ALUGUÉIS		280	18.129	133.689	148.455	154.664,92
Receita de Serviço					42.033	41.402	28.789	35.586,73
		SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS			42.033	41.402	28.789	35.586,73
		Cópia de documentos		250	42.033	41.402	28.789	35.586,73
Fonte de recursos*								
		174 Receita pelo exercício do poder de polícia		174	178.358.207	184.655.215	185.625.114	239.512.115,24
		250 Receita própria diretamente arrecadada		250	94.663	157.256	41.608	42.357,85
		280 Rendimento de aplicação financeira dos recursos próprios		280	286.472	340.381	345.659	375.850,47
					178.739.342	185.152.852	186.012.382	239.930.323,56

Fontes: Relatório de Gestão 2007, SIAFI e SIAFI Gerencial.

Em 2010, os valores arrecadados pela CVM alcançaram montante próximo a R\$ 240 milhões, valor praticamente 30% superior ao arrecadado nos anos anteriores. Apesar de a taxa de fiscalização ser a principal fonte de arrecadação da autarquia, respondendo por aproximadamente 88% do montante arrecadado no triênio 2007–2009, o aumento da arrecadação em 2010 decorreu basicamente dos Termos de Compromisso celebrados pela CVM.

Enquanto a média dos valores arrecadados entre os anos de 2007 e 2009 não alcançou R\$ 9 milhões, em 2010 a arrecadação proveniente da celebração de Termos de Compromisso superou os R\$ 45 milhões. Tal patamar, no entanto, não é – e nem pode ser – considerado como uma meta a ser perseguida, tendo em vista que as receitas advindas dessa fonte são pontuais, esporádicas e de natureza diversa da apresentada pela taxa de fiscalização, que é uma receita contínua e de natureza tributária.

Como se pode verificar na comparação entre os quadros 1 e 2, a CVM é uma entidade superavitária e os recursos provenientes da arrecadação da taxa de fiscalização são suficientes para fazer frente às despesas relacionadas ao funcionamento da autarquia, não havendo, portanto, qualquer dependência de outras fontes.

Despesas da CVM em 2010

TÍTULOS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Execução
DESPESAS CORRENTES	142.169.704,00	165.559.516,00	152.825.841,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.882.113,00	123.191.279,00	121.250.964,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	65.697,00	65.697,00	12.194,15
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	41.221.894,00	42.302.540,00	31.562.682,27
DESPESAS DE CAPITAL	6.094.812,00	6.094.812,00	1.328.934,99
INVESTIMENTOS	3.128.631,00	3.128.631,00	1.122.756,94
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.500.000,00	2.500.000,00	-
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	466.181,00	466.181,00	206.178,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	42.975.987,00	42.975.987,00	-
TOTAL	191.240.503,00	214.630.315,00	154.154.776,33

Fonte: SIAFI Gerencial

Em termos de despesas, a CVM apresentou em 2010 uma execução pouco superior a R\$ 154 milhões, valor inferior à arrecadação total da autarquia no exercício e, conforme anteriormente mencionado, ao próprio montante arrecadado por meio da taxa de fiscalização.

Se por um lado a arrecadação tem superado a dotação de recursos para as atividades da CVM, a execução do orçamento nem sempre corresponde à dotação, tendo em vista os trâmites burocráticos e os contingenciamentos impostos ao longo do exercício.

De todas as despesas realizadas pela CVM, destacam-se aquelas relacionadas ao pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista, além dos demais encargos correspondentes, que alcançaram em 2010 o montante de R\$ 1 21 milhões. Considerando que tais despesas são de caráter obrigatório, elas não foram afetadas pelos limites impostos ao longo do exercício.

Os efeitos dos contingenciamentos orçamentários foram observados no âmbito das despesas discricionárias de capital e custeio relacionadas às atividades finalísticas (disseminação de informações; regulamentação e supervisão do mercado; proteção e orientação aos investidores) e de apoio (tecnologia da informação e administração).

Nesse caso, apesar da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2010 ter alocado praticamente R\$ 42,3 milhões para a realização de outras despesas correntes, os limites impostos reduziram a execução a R\$ 32 milhões, valor aproximadamente 24% inferior ao estabelecido pela LOA.

Tal cenário obrigou a CVM a adotar uma série de medidas de gestão, interna e externamente, com o objetivo de enfrentar os problemas decorrentes das limitações de execução impostas. Os impactos negativos do contingenciamento nos projetos e atividades desenvolvidos pela autarquia foram minimizados com um considerável grau de sucesso, o que pode ser demonstrado pelos resultados alcançados pela CVM em 2010, conforme apresentado nos diversos capítulos deste Relatório Anual.

Balanço orçamentário

RECEITA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	191.240.503,00	191.240.503,00	239.491.929,24	-48.251.426,24
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	175.729.834,00	175.729.834,00	176.579.789,74	-849.955,74
RECEITAS PATRIMONIAIS	369.280,00	369.280,00	382.500,54	-13.220,54
RECEITAS DE SERVIÇOS	34.294,00	34.294,00	35.586,73	-1.292,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.445.000,00	2.445.000,00	0,00	2.445.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.662.095,00	12.662.095,00	62.494.052,23	-49.831.957,23
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA				
SUBTOTAL I	191.240.503,00	191.240.503,00	239.491.929,24	-48.251.426,24
REPASSE	214.164.836,00	214.433.381,65	158.931.249,91	55.502.131,74
RECEITA TESOUREIRO DESCENTRALIZADO	-190.775.024,00	-190.775.024,00	-238.948.298,17	48.173.274,17
TOTAL	214.630.315,00	214.898.860,65	159.474.880,98	55.423.979,67
TOTAL GERAL	214.630.315,00	214.898.860,65	159.474.880,98	55.423.979,67

DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
CRÉDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES	191.240.503,00	214.630.315,00	156.476.495,33	58.153.819,67
DESPESAS CORRENTES	142.169.704,00	165.559.516,00	155.678.560,34	9.880.955,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.882.113,00	123.191.279,00	121.250.964,92	1.940.314,08
JUROS/ENCARGOS DA DÍVIDA	65.697,00	65.697,00	12.194,15	53.502,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	41.221.894,00	42.302.540,00	34.415.401,27	7.887.138,73
DESPESAS DE CAPITAL	49.070.799,00	49.070.799,00	797.934,99	48.272.864,01
INVESTIMENTOS	3.128.631,00	3.128.631,00	591.756,94	2.536.874,06
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	466.181,00	466.181,00	206.178,05	260.002,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	42.975.987,00	42.975.987,00	0,00	42.975.987,00
SUBTOTAL I	191.240.503,00	214.630.315,00	156.476.495,33	58.153.819,67
MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO				
CRÉDITO INICIAL/SUPLEMENTAR	0,00	268.545,65	531.000,00	-262.454,35
DESPESAS CORRENTES	0,00	-331.454,35	0,00	-331.454,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	-236.511,00	0,00	-236.511,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	-94.943,35	0,00	-94.943,35
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	600.000,00	531.000,00	69.000,00
INVESTIMENTOS	0,00	600.000,00	531.000,00	69.000,00
SUBTOTAL II	0,00	268.545,65	531.000,00	-262.454,35
TOTAL	191.240.503,00	214.898.860,65	157.007.495,33	57.891.365,32
SUPERÁVIT TOTAL	0,00	0,00	2.467.385,65	-2.467.385,65
TOTAL GERAL	191.240.503,00	214.898.860,65	159.474.880,98	55.423.979,67

Balanço financeiro

INGRESSOS	2010	2009
INGRESSOS	471.720.236,67	386.377.299,82
RECEITAS CORRENTES	239.930.323,56	186.039.237,77
RECEITA TRIBUTÁRIA	176.960.707,39	162.908.444,91
RECEITA PATRIMONIAL	382.500,54	358.051,20
RECEITA DE SERVIÇOS	35.586,73	28.789,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	62.551.528,90	22.743.952,56
DEDUÇÕES DA RECEITA	438.394,32-	301.617,81-
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	179.898.855,51	140.251.353,97
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	162.213.307,47	123.056.274,67
REPASSE RECEBIDO	160.225.527,47	119.164.964,67
SUB-REPASSE RECEBIDO	1.918.780,00	3.891.310,00
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	1.918.780,00	3.891.310,00
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	69.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	17.685.548,04	17.195.079,30
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	17.685.548,04	17.195.079,30
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	50.336.662,60	58.579.515,09
VALORES EM CIRCULAÇÃO	19.647.922,51	17.120.827,20
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	19.637.745,68	17.106.872,33
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	8.843,31	12.621,35
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.333,52	1.333,52
OUTROS CRÉDITOS	1.333,52	1.333,52
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.328.945,84	1.985.361,51
VALORES DIFERIDOS	1.328.426,21	1.984.841,88
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63
DEPÓSITOS	318.297,15	565.141,66
CONSIGNAÇÕES	302.230,84	555.148,45
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	10.051,63	9.993,21
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	6.014,68	0,00
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	15.144.271,66	19.242.772,00
FORNECEDORES	208.529,42	1.325.928,06
DO EXERCÍCIO	128.946,61	1.254.057,68
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	79.582,81	71.870,38
RESTOS A PAGAR	13.438.719,24	17.883.201,20
NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	12.478.036,09	14.671.511,85
CANCELADO	960.683,15	3.211.689,35
VALORES EM TRÂNSITO	9.456,38	16.366,13
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.464.939,00	0,00
OUTROS DÉBITOS	22.627,62	17.276,61
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	392.544,87	198.656,06
RESTITUIÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS	392.544,87	198.656,06
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	13.504.680,57	19.466.756,66
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	11.466.336,74	16.547.218,01
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	11.466.336,74	16.547.218,01
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	53.501,95	59.933,66
EXERCÍCIOS ANTERIORES	33.913,11	59.933,66
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	19.588,84	0,00
AJUSTES DE CRÉDITOS	1.984.841,88	2.859.604,99
AJUSTES FINANCEIROS A CRÉDITO	1.984.841,88	2.859.604,99
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANTERIOR	1.992.789,32	1.808.810,80
CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL	1.992.789,32	1.808.810,80

DISPÊNDIOS	2010	2009
DISPÊNDIOS	471.720.236,67	386.377.299,82
DESPESAS CORRENTES	155.678.560,34	136.510.893,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	103.060.812,49	90.008.874,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.194,15	111.968,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.479.387,01	31.863.129,93
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	2.906.218,84	3.891.310,00
OUTRAS DESPESAS	30.573.168,17	27.971.819,93
DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	19.126.166,69	14.526.920,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.190.152,43	13.396.893,63
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	936.014,26	1.130.026,84
DESPESAS DE CAPITAL	1.328.934,99	1.721.259,25
INVESTIMENTOS	1.122.756,94	1.218.753,94
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	206.178,05	502.505,31
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	259.915.903,77	208.400.214,95
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	3.282.057,56	5.901.015,88
REPASSE CONCEDIDO	34.851,35	24.864,00
SUB-REPASSE CONCEDIDO	1.918.780,00	3.891.310,00
SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERCÍCIO	1.918.780,00	3.891.310,00
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	1.328.426,21	1.984.841,88
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	256.633.846,21	202.499.199,07
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	256.633.846,21	202.499.199,07
DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	52.582.862,70	37.752.142,72
VALORES EM CIRCULAÇÃO	16.950.693,71	19.647.922,51
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	16.944.068,37	19.637.745,68
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	5.291,82	8.843,31
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.333,52	1.333,52
OUTROS CRÉDITOS	1.333,52	1.333,52
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.054.361,51	2.860.124,62
VALORES DIFERIDOS	2.053.841,88	2.859.604,99
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63
DEPÓSITOS	565.141,66	261.064,90
CONSIGNAÇÕES	555.148,45	239.724,05
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	9.993,21	10.283,49
RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	0,00	11.057,36
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	16.031.082,65	13.072.075,47
FORNECEDORES	1.325.928,06	1.069.244,39
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.325.928,06	1.069.244,39
RP'S NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	14.671.511,85	11.949.020,83
VALORES EM TRÂNSITO	16.366,13	41.166,06
OUTROS DÉBITOS	17.276,61	12.644,19
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	16.981.583,17	1.910.955,22
BAIXA DE DIREITOS	15.115.527,95	1.563.633,15
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	15.115.527,95	1.563.633,15
INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	1.866.055,22	347.322,07
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	1.464.939,00	0,00
OUTRAS INCORPORAÇÕES DE OBRIGAÇÕES	401.116,22	347.322,07
DISPONIBILIDADE P/O PERÍODO SEGUINTE	2.213.974,87	1.992.789,32
CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL	2.213.974,87	1.992.789,32

Balanço patrimonial

PASSIVO	2010	2009
PASSIVO	304.286.916,84	250.659.419,99
PASSIVO FINANCEIRO	15.830.831,50	18.581.585,82
DEPÓSITOS	318.297,15	565.141,66
CONSIGNAÇÕES	302.230,84	555.148,45
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	6.014,68	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	10.051,63	9.993,21
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	14.183.588,51	16.031.082,65
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	231.157,04	1.343.204,67
FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	128.946,61	1.254.057,68
FORNECEDORES - DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	79.582,81	71.870,38
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	22.627,62	17.276,61
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	12.478.036,09	14.671.511,85
A LIQUIDAR	12.478.036,09	14.671.511,85
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	9.456,38	16.366,13
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.464.939,00	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.328.945,84	1.985.361,51
VALORES DIFERIDOS	1.328.426,21	1.984.841,88
OUTROS VALORES PENDENTES	519,63	519,63
PASSIVO NÃO FINANCEIRO	13.791.864,31-	11.735.776,34-
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	13.791.864,31-	14.122.597,54-
RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	1.464.939,00-	0,00
RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	1.464.939,00-	0,00
OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	397.803,53
EXTERNAS	0,00	397.803,53
PRECATÓRIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000)	151.110,78	151.110,78
RETIFICAÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS A LIQUID	12.478.036,09-	14.671.511,85-
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0,00	2.386.821,20
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00	2.386.821,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - EXTERNA	0,00	2.386.821,20
PASSIVO REAL	2.038.967,19	6.845.809,48
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	250.705.271,22	192.227.668,76
PATRIMÔNIO/CAPITAL	192.227.668,76	495.695.439,39
PATRIMÔNIO	192.227.668,76	495.695.439,39
RESULTADO DO PERÍODO	58.477.602,46	303.467.770,63-
SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	252.744.238,41	199.073.478,24
SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	194.266.635,95-	502.541.248,87-
PASSIVO COMPENSADO	51.542.678,43	51.585.941,75
COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	51.542.678,43	51.585.941,75
VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	13.500,00	18.949,74
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	51.529.178,43	47.100.768,30
COMPENSAÇÕES DIVERSAS	0,00	4.466.223,71

ATIVO	2010	2009
ATIVO	304.286.916,84	250.659.419,99
ATIVO FINANCEIRO	19.233.668,58	21.640.711,83
DISPONÍVEL	2.213.974,87	1.992.789,32
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	2.213.974,87	1.992.789,32
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	16.950.693,71	19.647.922,51
CRÉDITOS A RECEBER	6.625,34	10.176,83
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	5.477.731,63	3.090.527,67
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	11.466.336,74	16.547.218,01
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	69.000,00	0,00
VALORES DIFERIDOS	69.000,00	0,00
ATIVO NÃO FINANCEIRO	233.510.569,83	177.432.766,41
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	11.119.520,96-	15.204.192,86-
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	11.406.612,24-	15.581.857,42-
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFICADORA	11.466.336,74-	16.547.218,01-
CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS	9.639,99	9.639,99
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	50.084,51	955.720,60
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	287.091,28	377.664,56
ESTOQUES	287.091,28	377.664,56
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	16.200.849,09	11.865.137,27
CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	16.200.849,09	11.865.137,27
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	204.344.270,18	156.845.923,29
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	204.344.270,18	156.845.923,29
CRÉDITOS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	203.989.358,10	156.491.011,21
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	349.323,93	349.323,93
CRÉDITOS A RECEBER	5.588,15	5.588,15
PERMANENTE	24.084.971,52	23.925.898,71
IMOBILIZADO	24.084.971,52	23.925.898,71
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	24.084.971,51	23.925.898,70
TÍTULOS E VALORES	0,01	0,01
ATIVO REAL	252.744.238,41	199.073.478,24
ATIVO COMPENSADO	51.542.678,43	51.585.941,75
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	51.542.678,43	51.585.941,75
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	13.500,00	18.949,74
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	51.529.178,43	47.100.768,30
OUTRAS COMPENSAÇÕES	0,00	4.466.223,71

Demonstração das disponibilidades

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	2010	2009
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	2.213.974,87	1.992.789,32
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	2.213.974,87	1.992.789,32
CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL	2.213.974,87	1.992.789,32

COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	2010	2009
COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	2.213.974,87	1.992.789,32
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	16.950.693,71-	19.647.922,51-
CRÉDITOS A RECEBER	16.950.693,71-	19.647.922,51-
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	5.291,82-	8.843,31-
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	16.944.068,37-	19.637.745,68-
LIMITE DE SAQUE C/VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	5.477.731,63-	3.090.527,67-
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	11.466.336,74-	16.547.218,01-
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.333,52-	1.333,52-
CRÉDITOS A RECEBER - FOLHA DE PAGAMENTO	1.333,52-	1.333,52-
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	69.000,00-	0,00
RECURSO DIFERIDO CONCEDIDO	69.000,00-	0,00
DEPÓSITOS	318.297,15	565.141,66
CONSIGNAÇÕES	302.230,84	555.148,45
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	6.014,68	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	10.051,63	9.993,21
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	14.183.588,51	16.031.082,65
OBRIGAÇÕES A PAGAR	14.151.504,51	15.997.439,91
FORNECEDORES	208.529,42	1.325.928,06
DO EXERCÍCIO	128.946,61	1.254.057,68
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	79.582,81	71.870,38
RESTOS A PAGAR	12.478.036,09	14.671.511,85
NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	12.478.036,09	14.671.511,85
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	1.464.939,00	0,00
CREDORES DIVERSOS	22.627,62	17.276,61
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	22.627,62	17.276,61
VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS	9.456,38	16.366,13
SAQUE POR CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	9.456,38	16.366,13
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.328.945,84	1.985.361,51
RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	1.328.426,21	1.984.841,88
OUTROS VALORES PENDENTES	519,63	519,63
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	3.402.837,08	3.059.126,01
DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	5.339.134,45-	11.503.250,12-
DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	10.001.397,74	16.547.218,01
LIMITE DE RESTOS A PAGAR - CONCEDIDO	1.464.939,00-	0,00
LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	11.466.336,74	16.547.218,01
DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	1.259.426,21-	1.984.841,88-
DISPONIBILIDADE DE REPASSE DIFERIDO RECEBIDO	1.259.426,21-	1.984.841,88-
DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBIDO	69.000,00-	0,00
DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO CONCEDIDO	69.000,00	0,00

Demonstração das variações patrimoniais

VARIAÇÕES ATIVAS	2010	2009
VARIAÇÕES ATIVAS	587.781.732,04	1.010.867.940,61
ORÇAMENTÁRIAS	412.374.439,91	328.361.915,49
RECEITAS CORRENTES	239.930.323,56	186.039.237,77
RECEITA TRIBUTÁRIA	176.960.707,39	162.908.444,91
RECEITA PATRIMONIAL	382.500,54	358.051,20
RECEITA DE SERVIÇOS	35.586,73	28.789,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	62.551.528,90	22.743.952,56
DEDUÇÕES DA RECEITA	438.394,32-	301.617,81-
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	162.213.307,47	123.056.274,67
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	162.213.307,47	123.056.274,67
REPASSE RECEBIDO	160.225.527,47	119.164.964,67
SUB-REPASSE RECEBIDO	1.918.780,00	3.891.310,00
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	69.000,00	0,00
MUTAÇÕES ATIVAS	10.669.203,20	19.568.020,86
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	2.163.135,56	6.450.332,00
AQUISIÇÕES DE BENS	243.707,75	604.013,41
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	8.506.067,64	5.846.318,59
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	175.407.292,13	13.117.688,86
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	20.770.658,45	379.038.254,49
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	392.544,87	17.393.735,36
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	20.378.113,58	198.656,06
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	154.636.633,68	17.195.079,30
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	128.629.447,34	361.644.519,13
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	1.019.555,85	325.112.217,40
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	127.609.891,49	1.479.558,12
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	23.008.159,36	323.632.659,28
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	23.008.159,36	29.365.310,98
AJUSTES DE CRÉDITOS	1.014.185,10	29.365.310,98
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	3.271.623,01
AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	1.984.841,88	1.035.762,75
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.984.841,88	2.859.604,99
AJUSTES FINANCEIROS	0,00	2.859.604,99
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	303.467.770,63
DÉFICIT		303.467.770,63

VARIAÇÕES PASSIVAS	2010	2009
VARIAÇÕES PASSIVAS	587.781.732,04	1.010.867.940,61
ORÇAMENTÁRIAS	162.816.979,04	152.784.844,78
DESPESAS CORRENTES	155.678.560,34	136.510.893,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	103.060.812,49	90.008.874,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.194,15	111.968,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.479.387,01	31.863.129,93
DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	19.126.166,69	14.526.920,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.190.152,43	13.396.893,63
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	936.014,26	1.130.026,84
DESPESAS DE CAPITAL	1.328.934,99	1.721.259,25
INVESTIMENTOS	1.122.756,94	1.218.753,94
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	206.178,05	502.505,31
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	3.282.057,56	5.901.015,88
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.282.057,56	5.901.015,88
REPASSE CONCEDIDO	34.851,35	24.864,00
SUB-REPASSE CONCEDIDO	1.918.780,00	3.891.310,00
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	1.328.426,21	1.984.841,88
MUTAÇÕES PASSIVAS	2.527.426,15	8.651.676,07
DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	2.527.426,15	8.651.676,07
LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS	2.527.426,15	8.651.676,07
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	366.487.150,54	858.083.095,83
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	256.633.846,21	202.499.199,07
MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	256.633.846,21	202.499.199,07
DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	109.853.304,33	655.583.896,76
DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	97.379.764,90	327.125.553,85
BAIXA DE BENS MÓVEIS	1.194.764,07	2.959.788,60
BAIXA DE DIREITOS	96.185.000,83	324.165.765,25
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	12.379.829,33	328.458.342,91
AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	93.710,10	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL	58.477.602,46	0,00
SUPERÁVIT	58.477.602,46	0,00

12

Homenagem a Wesley Duke Lee



Homenagem a Wesley Duke Lee

As imagens que ilustram este relatório reproduzem as obras do artista plástico Wesley Duke Lee, que faleceu em setembro de 2010, aos 78 anos, em São Paulo. O projeto, iniciado a convite da diretoria da CVM no final da década de 70, faz parte da série “Papéis”, conjunto de 400 obras de colagens em xerox sobre papel, das quais 350 podem ser encontradas nas paredes da sede da autarquia no Rio de Janeiro.

Lee ficou conhecido nos anos 60 por promover os primeiros *happenings* no Brasil, performances que reuniam intelectuais, jornalistas e boêmios com exibição de vídeos, mostras de fotografias e telas, além de lançamentos de livros e poemas.

